COLEÇÃO ABERTURA CULTURAL

EM DEFESA DO PRECONCEITO

a necessidade de se ter ideias preconcebidas

Theodore Dalrymple

Prefácio de Reinaldo Azevedo

EM DEFESA DO PRECONCEITO

a necessidade de se ter ideias preconcebidas

Theodore Dalrymple

Prefácio de Reinaldo Azevedo
Tradução de Maurício G. Righi

Contracapa

“Dalrymple está falando com você, escrevendo para você. São as ideias Que você. seus amigos e familiares expressam na escola, em casa, no trabalho e em reuniões sociais que serão submetidas a um teste de estresse lógico, histórico e filosófico.”

Reinaldo Azevedo

“Exemplo do estilo conciso e sagaz de Theodore Dalrymple, Em Defesa do Preconceito vai provocar, desafiar e forçar até o leitor mais renitente a questionar ideias preconcebidas e devoções contemporâneas. Às vezes é difícil aceitar as proposições de Dalrymple, mas é impossível ignorá-las.”

Brooke Allen

“Neste ótimo livro, Theodore Dalrymple nos mostra por que os preconceitos são necessários para a formação e a evolução do caráter humano, embora seja preciso ter bom senso para saber quando conservá-los e quando deixálos de lado por serem destrutivos. Como prova ‘Em Defesa do Preconceito’, atualmente não existe melhor ensaísta que Dalrymple.”

Brian C. Anderson - Editor do City Journal

Orelhas

Atualmente, ter preconceitos significa ser racista, homófobo, sexista, retrógrado ou politicamente incorreto (dentre outros adjetivos). O ideal é que todos sejam livres-pensadores e questionem tudo que lhes ensinam. Nesse livro, porém, Dalrymple aponta que a verdadeira razão para o surgimento desse ideal de liberdade de pensamento é que não queremos ter nossas ações restritas; desejamos poder fazer o que bem entendemos, quando bem entendemos. Recusamos qualquer autoridade sobre nosso comportamento moral, seja essa autoridade a religião, a história ou as convenções sociais. Mas isso faz com que percamos importantes reguladores de comportamentos antissociais. Se não nos autopoliciarmos, se deixarmos de lado toda e qualquer ideia preconcebida, a lei é a única força que pode conter nossos comportamentos antissociais e os conflitos resultantes disso - o que muitas vezes faz com que governos se tornem autoritários.

Como escreve o autor: “É necessário bom senso para saber quando um preconceito deve ou não ser abandonado”. E bom senso é algo que tem sido esquecido na nossa luta contra os preconceitos ruins, que são deixados de lado junto com os bons.

Theodore Dalrymple é um dos pseudônimos de Anthony Daniels, nascido em 1949, em Londres. Além de ensaísta, é médico psiquiatra, tendo trabalhado em quatro continentes e atuado até 2005 no Hospital da Cidade e na Winson Green Prison, ambos em Birmingham, Inglaterra. Escreve para o City Journal, publicado pelo Manhattan Institute, e para veículos como The British Medical Journal, The Times, The Observer, The Daily Telegraph, The Spectator, The Salisbury Review, National Review e Axess. Possui diversos livros publicados, entre eles A Vida na Sarjeta - O Círculo Vicioso da Miséria Moral, Nossa Cultura … Ou o Que Restou Dela e Podre de Mimados - As Consequências do Sentimentalismo Tóxico, editados pela É Realizações Editora.

Sumário

O Preconceito Faz do Lobo o Homem do Lobo

Reinaldo Azevedo[1]

Mesmo o leitor que já conhece Theodore Dalrymple, um dos pseudônimos do inglês Anthony Daniels, vai se surpreender com a força de "Em Defesa do Preconceito". É um daqueles livros que reorganizam a nossa experiência. Impossível enxergar do mesmo modo alguns temas da cultura e da política depois de passar por seus 29 pequenos e precisos ensaios, numa prova de que a profundidade não é incompatível com a concisão.

Muitos de nós conhecemos o Dalrymple de *Nossa Cultura... ou o que Restou Dela*, *A Vida na Sarjeta - O Círculo Vicioso da Miséria Moral e Podres de Mimados - As Consequências do Sentimentalismo Tóxico*, todos publicados por esta notável "É Realizações", que faz um trabalho civilizatório no país ao pôr para circular livros e autores que o obscurantismo politicamente correto havia resolvido banir do nosso universo de referências.

O autor daqueles três livros está aqui presente, com seu humor ferino, sua ironia sempre delicada, um olhar desconfiado para as verdades estabelecidas por coletivos, a prosa atraente de quem quer ser compreendido, o inconformismo de quem prefere provocar o dissenso a ser aceito - características todas que fazem dele um pensador raro e essencial no nosso tempo. Mas este livro é um pouco diferente.

Crente na máxima latina segundo a qual *verba mouent, exempla trahunt* - as palavras movem, mas os exemplos arrastam (ou empurram) -, Dalrymple ancora, naqueles outros textos, percepções, provocações e releituras na sua experiência de psiquiatra que conheceu a face pobre da dor de existir - na Inglaterra ou em países da África. As pessoas que vivem mais ou menos à margem do sistema produtivo o levaram a questionar as deformações geradas pelas generosidades viciantes do estado contemporâneo.

Desta feita, é um pouco diferente. "Em Defesa do Preconceito" submete ao olhar clínico da razão os comportamentos e escolhas dos que estão do lado de cá da linha, tocando a máquina do mundo; dos que não vivem da caridade pública e sustentam a tal máquina viciosa; das pessoas, em suma, normais e socialmente integradas.

E notem que escrevo essas palavras sem apelar àquela prática hedionda que consiste em enjaular os vocábulos em aspas para tentar lhes mudar, inverter ou relativizar o sentido. Sim, existe um senso de proporção, de razoabilidade e de plausibilidade, que plasma esse universo da normalidade, sem o qual a vida em sociedade se torna impossível. Existe, mas está sob permanente ataque. O homem contemporâneo é convidado todos os dias a abandonar as ideias preconcebidas que o livram do caos e de um mundo sem hierarquia.

São os preconceitos, leitores, que fazem do lobo o homem do lobo.

Só podemos dispensar o monstro leviatânico porque decidimos partilhar alguns conhecimentos preconcebidos até mesmo sobre a nossa própria natureza. Pensem no desastre civilizatório que adviria de cada homem exercitar a própria vontade e se entregar a seus impulsos.

A estupidez da xenofobia, da misoginia e do racismo, entre outros medos, ódios e estereótipos negativos, tornaram-se sinônimos de "preconceito". Como aprendemos, em boa hora, que tais manifestações são moral e eticamente condenáveis, então o nosso norte passou a ser não ter preconceito nenhum. E foi assim que um saudável senso de justiça e de igualdade acabou abrindo a vereda para a terra do vale-tudo, como a xícara trincada de chá do poema de Auden (1930-1997) conduzia à terra dos mortos: *And the crack in the tea-cup opens/A lane to the land of the dead.*

Há uma possibilidade de você estar lendo este prefácio na livraria, para saber se vai ou não levar o livro. Sugiro uma rápida vista d'olhos nos títulos dos pequenos ensaios. Dalrymple está falando com você, escrevendo para você. São as ideias que você, seus amigos e familiares expressam na escola, em casa, no trabalho e em reuniões sociais que serão submetidas a um teste de estresse lógico, histórico e filosófico. Sem nunca abandonar o didatismo exemplar, este é um livro de ideias. Por isso, ele tem um caráter estruturante, que ajuda a conformar o pensamento. Se os exemplos são sempre muito convincentes, os conceitos é que sobrevivem para formar a história do pensamento.

É difícil fazer uma hierarquia dos ensaios. Parece-me que aqueles — do XI ao XVIII - em que ele disseca o pensamento de John Stuart Mill, expresso no tratado "Sobre a Liberdade", atingem o estado da arte. Dalrymple considera Mill uma das fontes inspiradoras do "preconceito contra o preconceito", um "dos padrastos das ideias ruins", citando Lorde Acton. Para o autor, "toda a política social ocidental resume-se a uma espécie de notas de rodapé em Mill, mas cujas consequências ele não teria de modo nenhum aprovado". E é preciso ler o livro para entender por quê.

Mill é a origem, ainda que os contemporâneos não saibam disso, de boa parte dos enganos e desenganos tanto das novas esquerdas quanto de certa crença cega no individualismo que se pretende libertário. Ora, na trilha de Mill, de um lado e de outro, vemos a pregação da soberania da vontade nas questões que, aparentemente ao menos, dizem respeito apenas à pessoa.

Os que sustentam, por exemplo, que "uma mulher é o Rei Sol do seu próprio corpo" (a expressão é de Dalrymple) para defender o direito ao aborto se esquecem, é claro, de que o feto - e isso não depende da vontade nem é matéria de mera opinião - não é apenas parte do seu corpo, "mas um ser distinto, em formação". E ele ironiza: "Até que a partenogênese se torne regra", o feto é produto de outra pessoa também. E o ensaísta lembra que, num mundo minimamente decente, é certo que, quando menos, o pai também tenha direito a uma opinião.

O autor disseca a bobagem influente que Mill nos legou como herança, segundo a qual o costume obstrui o progresso e o desenvolvimento moral, de sorte que a rebeldia passa a ser vista como um bem em si, independentemente dos postulados sobre os quais esteja assentada e de qual seja o seu propósito.

Ora, se toda verdade deve ser questionada, também essa sentença não pode escapar do que enuncia e, pois, anuncia uma verdade acima de questionamentos. É possível sair desse paradoxo cretino estabelecendo uma hierarquia das perguntas e das contestações. Num laboratório ou na vida, nem todas as questões são pertinentes; nem todas as verdades estabelecidas são falseáveis. Há, desde sempre, a categoria das hipóteses e dos dissensos que nem errados conseguem ser. A tessitura que nos permite acordar todos os dias equipados para enfrentar o mundo, não como sonâmbulos da tábula rasa, nos é dada, evidencia Dalrymple de maneira magistral, pelos preconceitos, pelas ideias preconcebidas.

No capítulo XVII, com brilhante simplicidade, o autor disseca o espinhoso tema dos direitos. Ele aponta uma deformação do pensamento, cuja raiz é Mill, "que torna tudo o que não é proibido um direito", pois, "obviamente, a pessoa terá o direito de fazer aquilo que ninguém tem o direito de proibir". E ele emenda: "De súbito, o mundo fica repleto de direitos, e novos direitos são descobertos todos os dias (...)".

Ora, não é o que se vê na Inglaterra de Dalrymple ou em nossa terra? Ele aponta duas distorções hoje evidentes. A primeira se revela com a transformação do direito negativo em direito positivo. Cito o exemplo dado por ele: o fato de ninguém poder proibir uma mulher de ter um filho se transforma no direito a um filho, independentemente do quanto isso possa custar à sociedade e ao sistema de saúde. Qualquer restrição ao tratamento contra a infertilidade é vista como uma agressão, como se uma fertilidade original houvesse sido solapada do casal, pela qual a sociedade deve necessariamente responder. Vivemos a era do "quero, logo tenho o direito". Ou, digo eu, "quero, logo existo".

A segunda deformação decorrente do direito como exercício da vontade, para "satisfazer os egos", é o que Dalrymple chama de "negação da reciprocidade limitadora". Em que consiste? Um direito só pode ser experimentado como tal se for exercido sem limites. O seu vizinho tem o direito de ouvir música e sabe que você não pode impedi-lo. Mas ele só experimenta o pleno gozo desse prazer discricionário se ignorar a sua existência. Na equação, inexiste o outro; nada há à direta do sinal de igualdade.

Ora, transportemos essas questões para a política. Parece-me certo e prudente que defendamos o direito de todos a um julgamento justo - isto é, conforme as regras que são de domínio público. Eu lhe proponho uma questão, leitor, e talvez você encontre respostas neste livro.

Um terrorista que resolva usar a favor de sua causa o nosso sistema judicial, sem qualquer compromisso com a "reciprocidade limitadora" - e que, portanto, use as garantias individuais com que fizemos o melhor de nós mesmos com o objetivo de solapar as bases da nossa cultura de tolerância -, merece ter os

benefícios aos quais ele próprio poria fim se chegasse ao poder? Ou ainda: é justo que ele tente nos eliminar em nome de seus valores, contando, para tanto, com as garantias que lhe oferecemos em nome dos nossos?

A resposta me parece clara.

"Sem preconceito, não há virtude", adverte e demonstra Dalrymple. Num mundo em que todas as escolhas fossem válidas e moralmente equivalentes e em que todas as motivações fossem aceitáveis, não haveria valores a preservar nem hierarquia possível - valores, note-se, que nos levaram a fazer do lobo que somos o homem que aprendemos a ser.

Uma verdade de uma clareza solar desperta escândalo no nosso tempo: num mundo em que nada houvesse a conservar, nada haveria a mudar. A anarquia não é a ausência de poder; é, e será sempre, o poder do mais truculento. E este, por óbvio, não vê nenhuma razão para ser sábio.

Notas

1. Reinaldo Azevedo, jornalista, é autor de Contra o Consenso (Barracuda), O País dos Petralhas I (Record), O País dos Petralhas II (Record), Máximas de um País Mínimo (Record) e Objeções de um Rottweiler Amoroso (Três Estrelas).

Em memória de Peter Bauer

Ele disse, “Macaulay, que escreveu um relato de Saint Kilda, estabelece um preconceito contra o preconceito, e com isso pretendia ser um sagaz e moderno pensador. Não obstante, expõe uma verdade [aquilo que todos já sabemos], que quando um navio lá chega todos os habitantes são tomados de calafrio”.

James Boswell, Life of Johnson

1768, à idade de 59 anos

Da liberdade ilimitada, cheguei ao despotismo ilimitado.

Fyodor Dostoievsky, *Os Demônios*

1. O Preconceito É um Equívoco, Portanto, a sua Inexistência É um Acerto

Em nossos dias, testemunhamos um forte preconceito contra todo e qualquer preconceito, e é exatamente assim que deveria ser, não é mesmo? Pois o que mais seria o preconceito além de algo absolutamente repreensível? Segundo o Dicionário Oxford em sua versão compacta, o preconceito seria definido como:

Um julgamento prévio, especialmente ao se caracterizar como prematuro ou apressado. Opinião preconcebida; viés favorável ou desfavorável; predisposição […] especialmente com conotação desfavorável. Uma predileção ou objeção injustificada.

Logo, isso implica que realmente devemos nos esforçar para nos livrarmos completamente do preconceito, certo?

O preconceito arquetípico é aquele que se relaciona com a noção de raça. De fato, os termos "raça" e "preconceito" caminham de mãos dadas da mesma forma que as palavras "Mercedes" e "Benz", ou "Dolce" e "Gabbana". É difícil dizer exatamente quando essa associação foi formada, pois certamente já se falava de preconceito racial antes que os nazistas mudassem nossas perspectivas e prioridades morais, senão para sempre (pois, quem seria capaz de perscrutar um futuro distante?), ao menos por um bom tempo. Odiar, desprezar, depreciar ou discriminar alguém em razão de determinadas características raciais nos parece hoje o pior de todos os males. Isso contribuiu para que se criasse uma atmosfera moral na qual a simples enunciação de sentimentos virtuosos (e de abjuração da crueldade) fosse confundida (ou tomada como) a virtude em si. Portanto, tudo bem se alguém for um crápula inescrupuloso, pois desde que expresse as palavras certas, isto é, demonstre não ter preconceito, tudo estará bem.

Nenhuma pessoa isenta negará o significado do preconceito racial na produção de uma das piores calamidades do último século. Se o preconceito se caracteriza como uma antipatia baseada numa "generalização defeituosa e inflexível", como coloca Gordon W Allport, professor de psicologia em Harvard, em seu grande trabalho The Nature of Prejudice [A Natureza do Preconceito], então alguns dos piores massacres do século XX (um século de massacres) foram motivados, ou ao menos possibilitados, pelo preconceito. O fato de um massacre ocorrer em circunstâncias históricas específicas, as quais se valem apenas superficialmente de um preconceito motivador, não vem ao caso. Que Ruanda fosse invadida por rebeldes tutsis, e que em Burundi, no sul, houvesse um massacre orquestrado por um governo tutsi, contra todos os hutus que tivessem frequentado o ensino fundamental, não serve como desculpa para um genocídio que só poderia ter ocorrido com base em uma longa tradição de preconceito. Poderiamos colocar a coisa desta forma: onde não houver preconceito não haverá genocídio.

Todavia, o desejo absolutamente louvável de se evitar futuros genocídios não nos poupará de cometermos erros de lógica. Se a existência de um preconceito generalizado é causa necessária para se coordenar um genocídio, certamente não será causa suficiente. Tampouco seria possível inferir que todos os que orquestram genocídios são preconceituosos, e que todos os preconceituosos cometem genocídio. É certamente verdadeiro dizer que, se o preconceito fosse condição necessária para o genocídio, então ao curar a humanidade de seus preconceitos veriamos também a cura para o genocídio; mas nem tudo aquilo que se deseja, ao menos nesse quesito, apresenta-se necessariamente como possível. E um objetivo inalcançável não pode ser visto como desejável.

Realmente duvido que hoje em dia alguém, ao menos socialmente, admitiria ter algum tipo de preconceito. Admiti-lo significaria proclamar-se um sectário, o tipo de pessoa que não pode e não quer examinar suas opiniões e concepções prévias e que, consequentemente, apresenta-se como alguém restrito em suas afeições, farisaico em seus julgamentos, xenofóbico em suas atitudes, rígido em seus princípios, severo diante de seus inferiores, obsequioso perante seus superiores e convencido de sua própria retidão. Uma pessoa assim não se distinguirá como alguém muito atraente, para dizer o mínimo. Portanto, é melhor engolir em seco os próprios preconceitos do que admiti-los em público.

A julgar pelo que as pessoas dizem de si mesmas, nunca vivemos uma época tão livre de preconceitos, com tantas pessoas no mais completo e absoluto controle de suas opiniões e, como resultado, viveriamos hoje em um mundo repleto de pessoas absolutamente sensatas, racionais e benevolentes. Ninguém julga nada, pessoas ou questões, exceto à luz da evidência e de sua própria razão. É claro, nem todos conseguiram alcançar tamanho estado de esclarecimento: *Os Protocolos dos Sábios de Sião* ainda podem ser encontrados nas livrarias do Oriente Médio, cultos bizarros florescem em meio às sociedades tecnologicamente mais avançadas e antigos ódios prosperam em remotos (e não tão remotos assim) cantos do mundo. Os negros não podem andar com segurança pelas ruas de Moscou, e é melhor não ser um hindu no Paquistão ou em Bangladesh, e assim por diante; mas nos centros intelectuais do mundo, onde por acaso vive boa parte de meus leitores, o preconceito afrouxou a sua mão de ferro sobre nossas mentes, e vivemos agora sob a completa orientação da razão.

Alguém desprovido de preconceito caracteriza-se como o oposto daquele que tem preconceito. O primeiro se evidenciaria por sujeitar todas as suas pressuposições (e outros pensamentos) a um constante reexame; seria aberto em suas afeições e preferências; hesitante e generoso em seus julgamentos; um cidadão do mundo, alguém que não mais se associa a particularismos; sutil e flexível em suas concepções; mais inclinado a compreender do que a condenar; e, apesar de ostentar certa autossatisfação, a consequência natural de uma consciência que se percebe desapegadamente virtuosa, seria consciente de suas próprias limitações. Esse alguém sabe, como sabia o doutor Chasuble em *The Importance of Being Earnest* [A Importância de Ser Sincero], que estaria suscetível a recaídas.

O homem sem preconceitos, ou melhor, o homem que declara viver dessa forma, é alguém aterrorizado pela ideia de ser visto, em primeiro lugar, como intolerante e, em segundo, como alguém tão mentalmente incapaz, tão desprovido de individualidade e de potência mental, que não pode pensar por si próprio. Para as suas opiniões, ele não pretende usar as migalhas de sabedoria ou mais provavelmente da falta dela, o que significa que teria que se prender aos preconceitos. Portanto, todo homem mentalmente elevado e capaz deve comportar-se como um Descartes, em todos os assuntos e questões que lhe são apresentados. Em outras palavras, esse homem atemorizado busca dominar aquele ponto cartesiano indubitável a partir do qual, e somente a partir do qual, poderá construir uma opinião razoável - vale dizer, uma opinião verdadeiramente sua e que nada deva para pressuposições não examinadas. Portanto, a resposta para cada questão deverá se fundamentar em princípios primeiros, os quais se mostrem irrepreensíveis, para além de qualquer dúvida, caso contrário o pensamento estará contaminado de preconceito. Se essa pessoa que se declara livre de preconceitos realmente sabe ou não disso, se realmente ela leu ou não Discurso sobre o Método, pouco importa, pois se trata de um cartesiano tardio:

Finalmente, considerando que os pensamentos que temos quando acordados nos podem ocorrer também quando dormimos, sem que nesse caso nenhum seja verdadeiro, resolvi supor que tudo o que até então encontrara acolhimento em meu espírito não era mais verdadeiro que as ilusões dos meus sonhos. Mas, logo em seguida, notei que, enquanto assim queria pensar que tudo era falso, eu, que assim o pensava, necessariamente era alguma coisa. E notando essa verdade - eu penso, logo existo — tão firme e tão certa que todas as extravagantes suposições dos céticos seriam impotentes para abalar, julguei que a podia aceitar, sem escrúpulo, para primeiro princípio da filosofia que procurava.

2. Os Empregos do Ceticismo Metafísico

Podemos investigar por que hoje temos tantos Descartes em nosso mundo, ao passo que, no século XVII, havia apenas um. Descartes, recordemos, que tão ardentemente desejou formular um primeiro princípio filosófico indubitável, era um gênio. Matemático, físico e filósofo, e com uma escrita tão clara que até hoje é usada como padrão estilístico, pela qual os escritos dos intelectuais franceses são ou deveriam ser avaliados. Então, não seria o caso de termos criado toda uma raça de gigantes filosóficos, cuja paixão é examinar a metafísica da existência humana? Espero que eu não seja acusado de Inimigo do Povo ao levantar algumas dúvidas.

A popularidade do método cartesiano não decorre de um desejo de remover as dúvidas metafísicas e encontrar a certeza, mas o que ocorre é precisamente o oposto: jogar dúvida em todas as coisas e, portanto, aumentar o escopo de licenciosidade pessoal ao destruir, de antemão, quaisquer bases filosóficas para a limitação dos próprios apetites. Ao menos hoje em dia, o cético radical não se interessa tanto assim pela verdade, mas importa-se muito mais com a sua liberdade — o que vale dizer, uma liberdade concebida como o mais amplo campo para a satisfação de seus caprichos. Ele se insere na dimensão das questões morais da mesma forma que um solteirão convicto se insere na dimensão dos relacionamentos. Ele reluta em excluir quaisquer possibilidades, e não admitirá a imposição de limites sobre si mesmo, mesmo aqueles que são tidos como puramente simbólicos. Certa vez tive uma paciente que tentara o suicídio porque o seu eterno namorado se recusava a pedi-la em casamento. Ao conversar com o rapaz, perguntei o motivo da recusa, e ele respondeu-me que aquilo (o casamento) era apenas um pedaço de papel e não significava muito. “Se é apenas um pedaço de papel e não significa nada”, perguntei-lhe, “por que você não assina? Para você, não vai mudar nada, mas isso traria uma imensa alegria a ela.” De repente, tornando-se alguém movido pelo mais profundo princípio, ele me disse que não queria viver uma farsa. Eu quase pude ouvir a justificativa de fundo: um amor verdadeiro e um compromisso real são questões do coração, os quais não precisam da ingerência da Igreja ou do Estado para selá-los.

O ceticismo desses céticos radicais, os quais exigem uma base cartesiana a partir da qual examinarão qualquer questão, ao menos as questões que tenham alguma implicação na forma como devem conduzir as suas vidas, varia de acordo com o assunto. São poucos os que se mostrarão céticos a ponto de duvidar que o Sol surja amanhã, muito embora eles tenham certa dificuldade na hora de oferecer evidências sólidas que sustentem a teoria heliocêntrica (ou qualquer outra) do sistema solar. Esses céticos acreditam que, ao apertarem a tomada, a luz se acenderá, mesmo que lhes falte qualquer conhecimento sobre teoria da eletricidade. Todavia, um feroz e insaciável espírito investigativo os domina por

completo no exato momento em que percebem que os seus interesses estão em jogo - o que significa, mas precisamente, a liberdade ou licença para que possam agir segundo os seus caprichos. Então, subitamente, todos os recursos da filosofia lhes são disponibilizados, e serão imediatamente usados para desqualificar a autoridade moral dos costumes, da lei e da sabedoria milenar.

3. A História nos Diz Aquilo que Queremos Ouvir

A menor familiaridade com a História deveria ser mais do que o suficiente para persuadir qualquer pessoa de que costumes, leis e a sabedoria milenar foram frequentemente opressivos, e pior que opressivos. Não há nada que seja mais suscetível a abusos do que o exercício da autoridade, uma inclinação presente na maior parte dos corações humanos, embora não em todos. É precisamente o motivo pelo qual não confiamos em ditadores, mesmo ao - ou especialmente se - alcançarem o poder por meio de uma rebelião contra outro poder ditatorial estabelecido. Não fosse pela imagem capturada pelo fotógrafo cubano Alberto Korda, Ernesto Guevara já teria sido reconhecido como o sujeito arrogante, adolescente, egoísta e sedento de poder que certamente era.

Certa historiografia tenta nos convencer de que a sabedoria do passado é sempre uma ilusão, e de que a história da autoridade nada mais é que a história de seus abusos. Não é difícil construir uma história como essa, obviamente, uma vez que existe uma lamentável abundância de evidências. Num livro recente intitulado Menace in Europe [Ameaça na Europa], por exemplo, a talentosa jornalista norte-americana Claire Berlinski nos diz que guerra e genocídio não compreendem apenas parte da história européia, mas constituem o todo de sua história. Ela chega a essa conclusão ao olhar a história europeia pelas lentes do Holocausto e faz uma lista de guerras que preenche toda uma página do livro. (Não foi o grande Gibbon quem disse, sem a sua costumeira ironia, que a história nada mais seria do que um extenso registro da insensatez e dos crimes da humanidade?) A senhorita Berlinski é um exemplo daquilo que pode ser chamado de uma escola historiográfica do nada exceto, por meio da qual uma longa narrativa é formulada a partir de alguns fatos especialmente selecionados, a fim de se construir uma chave de leitura que visa interpretar todo o resto. (Temos aqui um exemplo funesto de uma ideia preconcebida em plena operação.) Uma insatisfação presente é lida retroativamente, ou traçada por um fio dourado, a compreender toda a História, e destinada a enredar essa História com um significado e uma teleologia imanentes.

Esse fio dourado pode facilmente ser relacionado com algo positivo ou negativo, é claro. Em seu grande História da Inglaterra, Macaulay escreveu:

> A História de nosso país durante os últimos 160 anos é eminentemente a história de um desenvolvimento físico, moral e intelectual. Esse é o modo, por exemplo, como a história da Medicina costumava ser escrita, principalmente por médicos aposentados, como uma forma de veneração aos ancestrais (sem dúvida, na esperança de que eles, também, tornar-se-iam ancestrais merecedores de veneração). Nessa versão, a história da Medicina era descrita como o processo de uma suave e triunfante ascensão do conhecimento e da técnica, até chegar ao atual estado sem precedentes

> de desenvolvimento. Mas, logo depois, os historiadores sociais assumiram o controle da historiografia, e a história da Medicina passou a ser descrita como aquela de uma elite masculina, fechada em si mesma e cujo principal interesse era aumentar a sua renda e o seu status social, uma vez que ficara claro que, por séculos, ela não possuía conhecimento ou habilidade suficientes que pudessem de fato ter ajudado os pacientes, muito pelo contrário; e isso a distinguia, do ponto de vista da eficiência, dos curandeiros, contra os quais combateu incessante e brutalmente, mas dos quais, ocasionalmente, se valia.

Se a interpretação liberal (Whig) da história for plausível ou aplicável em algum lugar, esse lugar é a história da Medicina. O fator do progresso, como Macaulay o chamou, é inegável. Ninguém, creio, escolhería métodos cirúrgicos pré-anestésicos e pré-assépticos para si mesmo - para pegar um exemplo bastante óbvio. Além do mais, uma alternativa historiográfica da Medicina teria de dar conta desse progresso. Como foi que um grupo inescrupuloso de homens, os quais estavam preocupados sobretudo com seus status e renda, conseguiu, afinal de contas, promover um progresso tão acentuado? Uma vez que os fatos aduzidos pelos historiadores sociais no concurso de sua historiografia são genuinamente fatos, e não artifícios, e, da mesma forma, o mesmo acontece com os fatos aduzidos pelos historiadores liberais em sua história da Medicina, a melhor maneira de resolver a discrepância entre as duas escolas seria por meio de uma referência a uma famosa observação de Ranke - frequentemente tida como absurdamente ingênua do ponto de vista filosófico: a história retrata aquilo que aconteceu, o que implica dizer tudo o que aconteceu. Mas um mapa do mundo que reproduzisse todos os detalhes do mundo, no mesmo tamanho e proporção do mundo, não seria mais um mapa do mundo, mas um modelo em paralelo ou uma reprodução do mundo. Portanto, alguma forma de seleção é sempre necessária, e uma que exija um princípio subjacente qualquer para si, ou ao menos uma visão mais abrangente, a não ser que seja completamente aleatória (o que a tornaria teoricamente incompreensível e praticamente imprestável).

Os historiadores liberais que escreveram sobre história da Medicina escolheram os seus fatos por um motivo - caso não fosse autoglorificação, então, ao menos, autocongratulação — os historiadores sociais escolheram por outro, no caso, para a depreciação ou, ao menos, a deflação. No exato momento em que Macaulay escrevia a sua obra, Engels escrevia o seu *Condition of the Working Class in England* [A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra], Como visões tão distintas do mesmo objeto foram possíveis, ambas escritas por homens de inteligência, cultura e talento?

Talvez, uma resposta mais clara possa ser dada ao analisarmos a reação que temos diante do atual e tremendo crescimento econômico na Índia e na China. Algumas pessoas avaliam o fenômeno apenas como progresso: a saída de centenas de milhões de pessoas da pobreza para os territórios ensolarados do

consumo. Outros enxergam o mesmo fenômeno como poluição extrema do meio ambiente e destruição de antigas formas de vida, em nome de um universal, homogêneo, inautêntico e superficial modo de vida, e com crescentes disparidades de riqueza e pobreza em meio a tudo isso.

Apenas os fatos em si (à la Gradgrind) não são capazes de determinar o quadro no qual se encaixam, embora possam encorajar os mais intelectualmente honestos entre nós a reconsiderarem o quadro. Geralmente, fatos inconvenientes nos levam a heroicos contorcionismos retóricos a fim de preservar a nossa visão, em vez de promover uma honesta reavaliação. Durante a minha atividade como médico, fiquei muitas vezes chocado com a capacidade que têm as pessoas, mesmo as intelectualmente desqualificadas, de produzir, quase que instantaneamente, uma infinitude de racionalizações em defesa de uma linha de ação a respeito da qual uma decisão já foi tomada, mesmo quando há vigorosas evidências de que será desastrosa. Quando um médico propõe uma linha de ação eminentemente sensata para um paciente, baseada na mais forçosa evidência e o paciente responde, “Sim, mas [...]”, o médico terá de desistir mais cedo ou mais tarde, pois não importa o número de réplicas que ofereça às irracionais objeções do paciente, ele nunca prevalecerá ao procurar alcançar o ponto final de uma infinita regressão argumentativa. É claro, tamanha teimosia não compõe apenas a base de boa parte da insensatez humana; compreende também a base de grande parte, talvez a maior parte, da sabedoria humana.

4. Por Que Preferimos Ver os Desastres da História às suas Realizações

Quase não mais se discute o fato de a interpretação liberal da História não estar em voga nos dias de hoje, mesmo nas esferas nas quais ela seria bastante plausível, ou ao menos tão plausível quanto qualquer outra interpretação. A visão da insensatez e do crime tornou-se universalmente a preferida. A senhorita Berlinski confina a sua historiografia à história europeia, para então contrastá-la com a história dos Estados Unidos, mas não seria nem um pouco difícil construir uma história dos Estados Unidos dentro de linhas semelhantes. Desse ponto de vista historiográfico, a expansão da colonização europeia nada mais teria sido que a espoliação dos nativos e dos donos originais da terra; a Guerra de Independência teria sido gerada ao se perceber o significado de longo prazo do decreto de Lorde Mansfield, pelo qual um escravo estaria livre assim que alcançasse o solo britânico, o que significava que a escravidão não teria vida longa nas colônias britânicas; e os contínuos e intensos labores dos negros nos Estados Unidos mostrariam, acima de qualquer dúvida, a natureza hipócrita da filosofia dos pais fundadores, que passaria a ser vista como apenas uma carapuça a mascarar privilégios econômicos e raciais. Em relação à Ásia e à África, a tarefa de escrever uma história que espelhasse a interpretação liberal também não seria difícil.

Mas, talvez, o exemplo recente mais surpreendente de uma escola historiográfica do crime e da insensatez seja dado pela escola australiana.

Esse vasto país é tão bem dotado com tudo aquilo que a população de um país podería desejar, que é frequentemente chamado, por seus próprios habitantes, de País Sortudo. Na verdade, a sorte tem pouco a ver com isso; ninguém se refere à Argentina, semelhantemente bem dotada, como um país sortudo. Um país cujos problemas, em comparação àqueles de outros países, sejam menores, e causados desproporcionalmente pelas inerentes e inescapáveis dificuldades da existência humana (ou do Pecado Original, caso se prefira), em vez de ser o resultado de arranjos políticos deficientes, não agradará necessariamente os intelectuais, aos quais nada será deixado, ou nada de muito significativo, para pensar e retificar.

Portanto, foi visto como uma espécie de providência divina - entre os intelectuais australianos - quando se descobriu, ou melhor, quando se declarou, que o país fora fundado sobre o pior de todos os atos, isto é, o genocídio. Aqui, ao menos, tinha-se algo que os intelectuais australianos podiam de fato morder. Os aborígenes tasmanianos desapareceram cerca de 60 anos após a colonização da ilha pelos britânicos, e os historiadores alegavam que isso não ocorrera por acidente, mas fora o resultado de uma política deliberada. Portanto, os australianos de hoje seriam pouco melhores do que aqueles homens ricos, cujas fortunas foram conquistadas em razão de um grande crime, o que Balzac

considerava típico de toda a classe dos ricos. Os australianos estariam levando as suas felizes e prósperas vidas sobre uma fundação de cadáveres; uma angústia penitencial seria, portanto, solicitada.

O genocídio dos tasmanianos foi pronta e mundialmente aceito como um fato indiscutível. Na verdade, sempre que um jornalista necessite de uma lista de genocídios, os tasmanianos raramente deixam de aparecer. Quando o historiador australiano Keith Windschuttle publicou uma obra enorme e minuciosamente detalhada que examinava as evidências de genocídio, e chegou à conclusão de que tais evidências haviam sido mal interpretadas, e que em alguns casos haviam sido completamente fabricadas, seria o caso de se esperar que o mundo em geral, e a Austrália em particular, começassem a respirar aliviados. Teríamos, aqui, um genocídio a menos a censurar a humanidade. Mas esperar tal reação seria um ledo engano. Gritos de dor preencheram o ambiente intelectual e o autor foi insultado. Desconsiderando-se a verdade histórica da questão (e, até onde sei, as alegações mais centrais do senhor Windschuttle não puderam ser refutadas), ficou claro que um setor da *intelligentsia* australiana, e talvez a sua quase totalidade, realmente *queria* que houvesse um genocídio. Mas por quê?

Eu me abstenho de comentar a indicação de um grande pecado original australiano a conferir poder e importância ao episcopado intelectual da Igreja da Reparação Verbal (habilmente assistida por sua burocracia designada). O amor pela verdade, embora exista, é geralmente mais fraco do que o amor pelo poder. Em vez disso, refiro-me aos efeitos psicológicos e às consequências morais dessa versão histórica: a versão crime e insensatez, tão amplamente justificada pelo genocídio tasmaniano.

Se a história é, de fato, nada mais que o registro de extremas perversidades, então nada temos a aprender, exceto que nós, pessoas de indiscutível boa vontade, devemos fazer as coisas de forma diferente no futuro - fazer tudo diferente. As reflexões morais das pessoas do passado nada mais eram que um expediente para disfarçar a sua má conduta em grande escala - pura hipocrisia, na verdade. Nas palavras do doutor Johnson, discutiam como anjos, mas se comportavam como homens, e honravam os seus preceitos mais na transgressão do que na observância. Na ausência de qualquer concepção religiosa de pecado original (em comparação a uma concepção histórica de injustiça fundacional, tal como o genocídio tasmaniano), por meio da qual a imperfectibilidade do homem pudesse ser aceita, mas sem absolvê-lo da necessidade de individualmente se esforçar para ser virtuoso, tanto uma perfeita consistência moral quanto um completo amoralismo se tornam o padrão de julgamento. E claro, aqueles que ainda acreditam na concepção religiosa do pecado original, mesmo como metáfora, são atualmente muito poucos, ao menos entre a classe de pessoas que estabelece o tom intelectual e moral da sociedade como um todo.

Seja o amoralismo ou o perfeccionismo a ser escolhido como padrão, isso gera uma grande vantagem: liberta-nos do peso do passado. Livres de qualquer mancha herdada, não temos apenas o direito, mas o dever de fazer tudo do nosso jeito, sem a menor referência àquilo que terceiros já pensaram. Somos átomos

morais a nos mover no vácuo, para os quais o passado nada significa, ou ao menos nada que seja positivo ou que mereça ser imitado, ou mesmo mantido. Em vez disso, o passado é algo a ser evitado a todo custo, para que não infecte mais ninguém com os seus crimes e a sua insensatez.

5. O Efeito de uma Pedagogia Não Preconceituosa

Se alguém se vê moralmente obrigado a limpar a sua mente dos detritos do passado para que possa se tornar um agente moral completamente autônomo, isso implica o dever de não jogar, na mente dos mais jovens, os detritos produzidos por nós. Não causa surpresa, portanto, constatar que, de forma crescente, investimos as crianças de autoridade para que administrem as suas próprias vidas, e isso é feito com crianças cada vez menores. Quem somos nós para dizer a elas o que fazer? O termo "pupilo" foi quase totalmente suprimido da língua inglesa usual, substituído pelo termo "estudante". As duas palavras têm conotações muito diferentes. Um pupilo encontra-se sob a tutela ou a direção de alguém que sabe o que o pupilo deve saber e aprender, para o seu próprio bem; um estudante já está maduro o suficiente para seguir as próprias inclinações segundo a sua curiosidade e ambição, ao menos em certa medida, no que se refere aos seus estudos. É claro, não há e não deve haver uma linha precisa que divida as duas fases de uma carreira educacional, da mesma forma que não haverá uma nítida linha divisória na infância entre a meninice e a adolescência, e entre a adolescência e o mundo adulto. A ausência de nítidas demarcações, todavia, não significa que não exista uma diferença entre infância e vida adulta. Sem dúvida, a duração das fases de uma carreira educacional dever variar de acordo com as características da pessoa envolvida. Talvez algumas crianças sejam tão naturalmente curiosas, e com tamanho instinto para o importante e o útil, que possam ser deixadas sem uma tutela quase desde o início. Mas, por mais que seja desabonador para a nossa concepção de natureza humana, isso não vale para a maioria das crianças, as quais não são dotadas de autopropulsão para os caminhos do conhecimento e da sabedoria.

Nem todas as tentativas para se tutelarem as crianças nesses caminhos encontram sucesso, o que é desnecessário dizer, tendo-se em vista a desordem que prevalece em tantas das nossas escolas, uma realidade que testemunhamos amplamente. Mas, por sua vez, isso se torna uma evidência do fracasso dos pais em inculcar autocontrole em seus filhos. É o resultado de dar às crianças autoridade para que façam toda sorte de escolhas e exerçam vetos tão logo se encontrem capazes de se expressar.

Uma ilustração interessante, mesmo que acidental, sobre essa questão apareceu numa recente edição do periódico médico mais prestigiado do mundo, *The New Englond Journal of Medicine*. O editorial desse periódico tecia considerações sobre a relação entre a epidemia de obesidade infantil, que hoje aflige os Estados Unidos e o resto do mundo ocidental (e, de fato, as classes afluentes do resto do mundo), e a publicidade de alimentos gordurosos, calóricos e insalubres direcionada para o público infantil. O editorial, na minha visão de maneira bastante esperada, chegava à conclusão de que tal tipo de publicidade deveria ser banido. Todavia, não mencionou, nem de passagem, a premissa

subjacente que tornava esse tipo de publicidade imoral: isto é, que se tratava de uma publicidade dirigida deliberadamente para crianças que ainda não eram maduras ou autônomas o suficiente para avaliar os seus apelos e resistir à sedução.

É difícil saber antecipadamente que tipo de efeito prático poderia resultar da proibição de propagandas de salgadinhos e guloseimas para as crianças (eu suspeito que surtiria pouco efeito), mas o editorial era muito revelador em relação àquilo que, por falta de um termo melhor, vou chamar de Zeitgeist. O editorial afirmava que esse tipo de publicidade dava às crianças a impressão de que o produto em questão era feito especialmente para elas, e que elas, enquanto crianças, sabiam melhor o que seria bom para elas, e deveriam, portanto, se fazer de árbitros daquilo que consumiam. E isso, dizia o editorial, tornaria mais difícil aos pais controlar a dieta de seus filhos.

Nenhuma única palavra foi dita a respeito da conveniente autoridade dos pais sobre seus próprios filhos. (Estamos falando aqui de crianças muito jovens. Segundo as evidências, a obesidade infantil começa muito cedo, bem antes daquilo que é visto como a primeira idade da razão. O alto padrão de permissividade, principalmente em relação ao que é ruim para as crianças, já fica estabelecido antes da idade escolar.) O autor do editorial considerava a televisão, na qual geralmente são exibidas as propagandas de doces e salgadinhos, como um fenômeno absolutamente natural, como se tratasse da atmosfera, ou seja, um fenômeno sobre o qual não se espera que os pais possam exercer qualquer controle ou influência. Mas, que tipo de pai e mãe, alguém poderia se perguntar, são esses que se mostram incapazes de dizer "não" aos seus filhos, quando os últimos querem algo que lhes é impróprio?

Pais preguiçosos e sentimentais, sem dúvida. Eles usam esse tipo de comida da mesma forma que (embora com muito menos justificativa) os pais vitorianos usavam Godfreys Cordial, isto é, ópio em xarope, a fim de dar um fim ao choro e aos berros. O buraco, todavia, é mais embaixo. Qualquer um que já tenha observado uma mãe numa loja ou num supermercado em nossos dias, solícita e mesmo sofregamente se inclinando em direção a uma criança de 3 ou 4 anos de idade para perguntar-lhe o que gostaria de comer, compreenderá a soberania sobre a escolha que agora foi definitivamente concedida àqueles que não têm nem experiência nem capacidade de discriminação suficiente para exercitá-la, pelo menos não em bases que não sejam calcadas no mais simples capricho, e que, portanto, não podem avaliar as consequências. Ao abdicar de sua responsabilidade dessa forma, em nome de não passar os seus próprios preconceitos e pressuposições às crianças, e para não impor sua própria visão sobre o que é certo, esses pais encarceram os seus filhos dentro do círculo das preferências infantis. Em nome da luta contra o preconceito e contra a autoridade ilegítima, eles instilam um preconceito culinário que, além de ser evidentemente nocivo, é ainda mais restritivo a longo prazo do que qualquer outro que poderiam ter incutido por meio de um firme exercício de sua autoridade; pois, na ausência de repertório e experiência, as crianças escolherão sempre as

mesmas coisas, ou seja, aquilo que se apresenta mais imediatamente atraente e gratificante para elas.

A precocidade encorajada por uma prematura suposição de responsabilidade para se fazer escolhas, como se as crianças fossem os clientes de seus pais em vez de serem os seus filhos, terá como consequência um desenvolvimento obstruído. Uma criança ainda muito jovem, constantemente consultada sobre as suas preferências e aversões, aprende que a vida é, e deve ser, regulada conforme as suas preferências e aversões. Portanto, a criança não estará livre de preconceitos apenas porque ficou livre dos preconceitos de seus pais. Pelo contrário, ela se tornará escrava de seus próprios preconceitos. Infelizmente, eles serão prejudiciais tanto para ela, como indivíduo, quanto para a sociedade da qual ela é um membro.

6. Preconceito Necessário para a Vida em Família

No passado, havia um preconceito, o qual se encontrava disseminado por quase toda a sociedade, de que as famílias deveriam se sentar à mesa para compartilhar a refeição. Tratava-se de um ritual que era visto como absolutamente normal, ou talvez eu pudesse dizer que, para as famílias, isso era uma espécie de segunda natureza. (O hábito é o preconceito comportamental). Duvido que mais de uma, entre cem dessas famílias, pudesse fornecer algo parecido com um argumento coerente a justificar a forma grupai como conduziam as suas refeições, e o mesmo valeria para contra-argumentos entre aqueles que porventura se opusessem a essa prática. Talvez sequer jamais pensassem sobre isso; eles faziam o que faziam porque era assim que as pessoas agiam.

Esse tipo de ritual irrefletido, todavia, foi minado rapidamente sob o ataque da crítica racionalista, a ponto de, em mais de um terço das famílias britânicas, as crianças nunca se sentarem junto à mesa com os outros membros da família. De fato, a própria possibilidade desse ato não mais existe, uma vez que não mais existem mesas de jantar em boa parte das casas. Por experiência própria, como médico que visitou muitas casas de família em bairros mais pobres, encontrei poucas evidências não somente de refeições feitas em comum entre os familiares como inclusive uma ausência óbvia de qualquer tipo de atividade culinária nesses lares. O reaquecimento ou descongelamento de alimentos industrializados era a operação mais próxima que essas pessoas tinham do ato de cozinhar. Muitos dos detentos, no presídio no qual trabalhei como médico, nunca tinham durante toda a sua vida se sentado à mesa com outro ser humano: eles simplesmente não sabiam o que era participar disso. Desde a infância, esses rapazes simplesmente iam à procura de alimento quando e onde sentissem fome, como herbívoros numa savana - embora essa fosse uma pastagem solitária em vez de em conjunto. Hoje, a rua se tornou a sala de jantar do inglês, e isso ajuda a explicar o motivo pelo qual as ruas se encontram tão entulhadas de lixo, principalmente de detritos advindos dos alimentos das cadeias de *fast food*, os quais são descartados, depois de solitário consumo.

O preconceito a favor das refeições em família, o principal meio de que as pessoas dispunham para o seu sustento alimentar, foi suprimido em razão de uma crítica insistente. Primeiramente, tivemos a crítica contra a própria família. Por mais de um século, a infelicidade das famílias tem sido um importante tema da literatura - talvez o mais importante. Como Tolstói observou acertadamente, cada família infeliz é infeliz à sua própria maneira, aqui e acolá, esse é um tema com infinitas variações. (Famílias felizes, ao serem todas da mesma forma felizes, não podem oferecer um tema inexaurível.) Ibsen, e Strindberg ainda mais, deu à família uma conotação completamente nova: uma guerra de guerrilha doméstica que se interrompe somente com o divórcio e com a morte. Quem se esquece das

emboscadas conjugais em *The Dance of Death* [A Dança da Morte] de Strindberg, tão realisticamente retratadas que se fica quase que imediatamente convencido de que todas as relações íntimas entre homens e mulheres terminam dessa forma, ou, ao menos, compreendem versões disfarçadas dessa realidade? E, é claro, é uma questão de observação comum constatar que há poucas fatalidades mais miseráveis na vida, com a exceção da fome e da guerra civil, do que aquela associada a um casamento infeliz. Antes dos dias do divórcio fácil, marido e mulher se encontravam, frequentemente, acorrentados por argolas de ferro. A menos que pudessem se consolar com outras coisas, sexualmente ou de outra forma, as suas vidas compreendiam um verdadeiro inferno.

Tal crítica não fracassou em gerar efeitos. Um preconceito a favor da vida familiar foi gradualmente transmutado em preconceito contrário.

A crueldade e a perversidade de outro preconceito, o qual caminhara lado a lado com aquele a favor da família, foram descobertas: o preconceito contra crianças nascidas de forma ilegítima. Crianças nascidas de relações ilegítimas eram com frequência e injustamente estigmatizadas - como se elas pudessem escolher a forma como entrariam no mundo - e as mães eram marginalizadas. Uma colega médica ficou certa vez encarregada de esvaziar um antigo asilo vitoriano de lunáticos, cujos internos seriam transferidos. Isso ocorrera parcialmente por motivos humanitários e parcialmente por motivos econômicos. Os proprietários do imóvel puderam transformar o asilo, que era magnífico do ponto de vista arquitetônico, em apartamentos de luxo para aos sãos e os ascendentes. Minha colega descobriu num dos aposentos no final do prédio, que os médicos raramente ousavam visitar, uma interna com quase 70 anos de internação, cuja única loucura fora ter dado à luz um filho ilegítimo todos esses anos atrás. Tínhamos, nesse caso, uma vida completamente destruída por um cruel, irrefletido e autoritário preconceito. Um assassino, desde que não estivesse incluído naquela pequena minoria que seria executada, não teria sido tratado de forma tão dura, e por tantos anos.

O horror provocado por casamentos infelizes e a crueldade do preconceito contra filhos bastardos e contra aquelas que davam à luz esses filhos tornaram-se verdades universal e mesmo entusiasticamente reconhecidas. Que se tratava de verdades parciais foi perdido de vista pelos reformadores, e a parte foi tomada pelo todo. Assim, buscou-se uma solução universal para que um mal como esse jamais pudesse se repetir. Os reformadores se esqueceram de considerar a imperfectibilidade da existência humana. Uma vez que todas as misérias tinham causas específicas, a miséria, enquanto tal, deveria ser abolida, e sem a introdução de novos males a substituir os antigos.

A solução foi direcionada no sentido de destruir o preconceito - filosófico, social e econômico - ligado à estrutura familiar, a qual causara tantos danos. Tudo ficaria bem se as pessoas pudessem escolher as suas próprias formas de associação íntima, que não estivessem contaminadas pelos vieses e pressões econômico-sociais e não precisassem se conformar a padrões particulares. As afeições se tornariam livres de constrangimentos e imposições e, portanto, não

seriam falsas. Todas as responsabilidades seriam livremente incorporadas e, assim, compreenderiam uma verdadeira e real moralidade, em vez de estarem amarradas em meras convenções sociais. (Não faz muito tempo, assisti a um antigo filme de comédia da década de 1950, no qual um jovem da classe média alta engravidava uma garota da classe trabalhadora. O indignado pai da garota exigia que o rapaz se casasse com sua filha, uma exigência cuja justiça o rapaz compreendeu e imediatamente assentiu. A plateia caiu na risada face à primitiva ideia de que o futuro nascimento da criança criasse uma obrigação inescapável por parte do pai. Em menos de cinquenta anos, o preconceito de séculos fora virado de cabeça para baixo, tornando-se algo ridículo, e substituído por outro, cujas destrutivas consequências práticas testemunhei diariamente em meu trabalho como médico.)

7. Um Preconceito Sempre Será Substituído por Outro

Derrubar determinado preconceito não significa destruir o preconceito enquanto tal. Na verdade, implica inculcar outro preconceito. O preconceito que afirma ser errado criar um filho fora do casamento foi substituído por outro que diz que não há absolutamente nada de errado com isso. Curiosamente, a classe que primeiramente se opôs em bases intelectuais contra o preconceito original, isto é, a bem- educada classe média alta, é a que menos, de fato, se comporta como se o preconceito original fosse injustificável. Em outras palavras, para essa classe, trata-se de mero exercício retórico e de exibicionismo intelectual, no sentido de conferir ao sujeito uma aura de ousadia, generosidade, sagacidade, sugerindo a presença de uma mente independente aos olhos de seus pares, em vez de ser uma real questão de conduta prática. Quando George Bernard Shaw caracterizou o casamento como uma forma legalizada de prostituição, ele não estava tão interessado assim em exigir justiça e igualdade para as mulheres, mas muito mais em encorajar a dissolução, como um ideal, dos laços permanentes entre um homem e uma mulher. Infeliz- mente, a bastardia em massa não promove qualquer liberdade às mulheres.

Mas o que isso prova, podemos perguntar? O problema não seria uma ressaca de um preconceito original?

Um vislumbre de um importante aspecto da realidade da bastardia em massa (ao menos na Grã Bretanha) pode ser apreendido a partir de um relatório recentemente publicado pela fundação Joseph Rowntree, uma instituição de caridade dedicada ao estudo e à eliminação da pobreza urbana. Os pesquisadores entrevistaram 41 adolescentes, algumas de até 13 anos de idade, as quais decidiram ter um bebê. (Os autores do relatório esqueceram-se de salientar que a maior parte das entrevistadas tinham sido, aos olhos da lei, vítimas de crime sexual, uma omissão um tanto quanto esquisita numa sociedade histericamente obsessiva no tocante aos perigos de pedofilia.)

O relatório faz citações literais do testemunho das garotas, e a primeira coisa que chama a atenção do leitor é a incoerência verbal no uso da própria língua nativa. O vocabulário é bastante pobre, e a sua sintaxe abominável. Essas meninas lutam por se fazer compreender e, como se fossem vítimas de derrame, veem-se desprovidas de vocabulário suficiente para articular os seus sentimentos e pensamentos. Talvez, isso não seja de todo uma surpresa, pois uma das coisas que têm em comum é o seu desdém pela escola e pela educação (admitidamente não se trata da mesma coisa, e parece não haver mais de fato a menor relação entre elas no mundo em que essas garotas são criadas).

O efeito intergeracional torna-se evidente:

> Podia ter me dado melhor [...] Não acho que minha mãe... Meu pai

> [ausente], tipo, ele diria… tipo… é isso… “quero o melhor pra você” […] Minha mãe, não, era tipo só “vai pra escola”. Ela não perguntava da lição, essas coisas… pra vê se tava pronta. Tipo, ela não perguntava da lição se tava feita, coisa do tipo.

(Podemos imaginar se não teria sido melhor para o seu futuro não ter crescido num lugar onde havia um preconceito social contra a educação, em vez de o inverso).

Essas moças entrevistadas têm uma profunda percepção da própria autoridade social - na verdade, um preconceito que elas não derivaram de uma reflexão pessoal baseada em princípios filosóficos, mas a partir de uma aceitação irrefletida de hábitos sociais em meio aos quais nasceram. Uma garota de 14 anos de idade disse: “Alguns professores eram ok, outros eu xingava. Não gostava deles”.

A ideia de que não gostar de alguém não constitui base suficiente para xingar esse alguém, o fato de relações sociais toleráveis requererem autocontrole, de viver em sociedade implicar o dever de se submeter a limites não foram noções inculcadas nessa garota como um preconceito, e agora parecia muito improvável que ela aprendesse essas coisas, e muito menos provável ainda que fosse conformar o seu comportamento a tais padrões. A consequência pouco encoraj adora seria ela continuar a interpretar todas as relações humanas como uma luta de poder, e da qual provavelmente, na maioria das ocasiões, sairá como perdedora, dadas as suas condições de pobreza relativa, falta de educação, vulnerabilidade e fragilidade para ser explorada por ser mãe solteira, e absolutamente dependente, para o seu sustento, de uma burocracia estatal para a qual não passa de um número, com toda frustração, vitimização e miséria resultantes e decorrentes de uma posição como essa.

Outra garota, ao explicar para o entrevistador por que não gostava da escola, disse:

> Todos os professores fazem você se levantar quando entram na sala. Por que devo me levantar? Não me levanto para os meus pais [separados], então por que devo me levantar para eles? E como se… muito assim, você é a criança, eu sou o professor.

Contida na passagem está a suposição de que, uma vez que todas as pessoas são criadas iguais, todas as relações sociais devem ser então conduzidas sob as mesmas bases, ou seja, que aquilo que é apropriado em relação aos pais (descontando-se, é claro, honra e obediência) será apropriado para todo o resto, em todas as circunstâncias. A autoridade é derivada do mero fato de se estar respirando, por meio do equivalente secular da divina providência - isso quer dizer, por direito natural. Consequentemente, será difícil para essas pessoas aceitarem o fato de o mundo não estar tão interessado nelas quanto estão as

pessoas que compreendem o seu círculo familiar. E uma vez que essa atitude inerente de autoridade já tenha entrado no tecido das pressuposições de todos à sua volta, não será surpresa alguma constatar que, ao informar os pais sobre o mau comportamento de seus filhos, os professores tenham de lidar com pais que tomam esse tipo de advertência como insulto pessoal e jamais culpam os seus filhos, os quais constituem os limites externos de seus próprios egos, embora no passado teriam agido de forma diferente, mas agora culpam os professores e a escola, os quais cometeram o crime de lesa majestade. Um preconceito cego a favor da autoridade constituída foi substituído por outro preconceito cego, o qual vê em qualquer autoridade, exceto aquela que emana da própria pessoa, algo inerentemente ilegítimo.

Ninguém aqui quer sugerir que os pais devam ter uma inflexível fé nos professores, uma que seja insensível à evidência de malignidade pessoal; mas um preconceito que entende que, quando os professores reclamam da conduta de uma criança, eles provavelmente estarão mais vezes certos do que errados, conduziria a uma melhoria geral, em vez de uma deterioração, nessa conduta infantil.

Podemos nos esquivar de tomar posição diante de qualquer questão dada, sem dúvida, mas não podemos nos furtar de ter alguma atitude, seja lá qual for, em relação à questão.

8. O Cruel Efeito de Não Incutir os Preconceitos Certos

As garotas entrevistadas no relatório previamente discutido se encontravam, de muitas formas, numa situação pouco invejável, de fato lamentável. Em sua maior parte elas vinham justamente do tipo de estrutura familiar que iriam, obviamente, reproduzir:

> Eu não sei quem é ele [disse uma das garotas a respeito de seu pai]… Sei o seu nome e sei onde mora, mas eu… não sei no que acreditar. Não sei se… Eu não sei se devo sair e me encontrar com ele ou deixar as coisas como estão, porque é verdade, o que minha mãe vive dizendo… a respeito de meu pai ter me deixado… que é melhor eu não conhecer ele.

Ao emergir de um ambiente sem amor - no qual a hostilidade, não somente para com as pessoas, mas diante do mundo em geral, está sempre acima da ternura - essas garotas buscam aliviar a sua carência afetiva trazendo ao mundo um ser sobre o qual poderão dissipar as emoções insatisfeitas que residem em seus corações. Elas esperam que a criança retribuirá o seu amor incondicionalmente, como um dócil brinquedo - no limite de sua capacidade imaginativa - ou um cachorro. Uma garota de 13 anos com um bebê disse:

> Eu tive uma infância muito, muito ruim… eu achei… porque meus pais não são bons pais, então… e (hum) eu, eu, achei que um bebê me daria estabilidade e também me daria algo que me amaria incondicionalmente… você sabe… nunca me abandonaria… porque seria meu… ninguém poderia tirá-lo de mim… e seria meu […]

Outra garota, alguns anos mais velha, disse:

> Talvez, seja… é, porque pode ser que… talvez (hum)… é bom quando… quando tipo, você tem uma criança que… cê sabe… te segue pra todo lado, e diz que te ama e eu acho que… é bastante egoísta, mas é por isso que quis ser mãe porque eu queria alguém que fosse… cê sabe… me amar pra sempre, porque não é só a criança que é o centro do seu mundo… mas os pais são o centro do mundo das crianças, e isso faz a gente se sentir bem, então eu acho que… é isso mesmo, é ótimo.

Como podemos constatar nesses tristes, subcartesianos, mas não obstante, reveladores comentários, não há aqui muito espaço para reflexão moral (exceto um breve reconhecimento de um possível egoísmo, mas o qual é suplantado, é claro, pela beleza de se ter um lindo brinquedinho animado só para si, mas o qual,

como se pode facilmente prever, tornar-se- -á menos aprazível assim que começar a andar e falar, disparando o desejo por outro brinquedinho animado, o que explica o fato de na Grã-Bretanha um quarto de todas as crianças nascidas de garotas com menos de 18 anos de idade são o segundo filho ou filha). Em grande parte, isso não é culpa dessas garotas. Nenhuma pessoa sensata esperaria que adolescentes de 13 ou 15 anos de idade, mesmo aquelas advindas de lares onde discussões abstratas e intelectualmente carregadas são frequentes e sofisticadas, sejam capazes de conceber um caminho racional, equilibrado, construtivo e frutífero para si mesmas sem acompanhamento, desconsiderando-se, é claro, os raros prodígios de sabedoria precoce. Elas precisam, em primeiro lugar, receber preconceitos valiosos antes que se possa esperar que façam as escolhas mais fundamentais (e difíceis) de suas vidas. Seria certo, generoso ou decente (para não falar da sensatez e do senso de realidade) esperar bons resultados de uma garota que descreve a sua decisão de ter uma criança para que a última lhe dê princípio morais?

> Porque eu queria uma criança… eu não tava, cê sabe, fazendo nada mesmo… Não tava trabalhando e… então nada tava dando certo, e eu tava meio que perdida e não sabia o que fazer com minha vida, porque eu só trabalhava e pensava nas coisas, e isso não tem sentido… eu não tava aproveitando, não aproveitava aquilo que eu fazia.

Não teria sido melhor, tanto para ela em particular quanto para o mundo em geral, se lhe tivesse sido incutido, desde cedo, um preconceito que lhe dissesse para não ter uma criança até que chegasse a uma idade em que ela fosse capaz, juntamente com o pai da criança, de oferecer à criança uma base estável, e de onde poderiam se estabelecer e crescer na vida?

Quando ela chegar a essa conclusão (e pela experiência que tenho de conversar com essas moças, descobri que chegam a essa conclusão mais cedo ou mais tarde), já será muito tarde.

9. A Inevitabilidade do Preconceito

É claro, o fato de essas garotas não compartilharem (e o mesmo presumivelmente acontece com os garotos com os quais elas se relacionam) o preconceito contra filhos ilegítimos não significa que elas não tenham qualquer tipo de preconceito sobre o assunto. O preconceito é como a natureza na famosa frase das cartas de Horácio: ainda que a expulses com um forcado, a natureza voltará a aparecer.

Dessa forma, as moças, que tão prematuramente quebram aquilo que uma vez foi um tabu contra a concepção fora do casamento, não quebram de fato um tabu, sobre cuja existência estão apenas residualmente conscientes, mas agem em conformidade com aquilo que veem à sua volta e conforme aquilo que pensam ser esperado delas:

> Minha mãe nunca teve um emprego… ela teve a mim e a minha irmã quando era muito jovem. Tipo, ela sempre foi dona de casa. E assim são todas as amigas de minha mãe. Há milhares de mães adolescentes por aqui… eu não sei por quê… ninguém me olha estranho porque existem muitas como eu.

Temos então aquilo que alguém poderia chamar de argumento de massa. Desde que feito também por um número suficientemente grande de pessoas, aquilo que elas fazem estará garantido como certo. Estamos muito longe do indivíduo autônomo e questionador, como o sujeito proposto pela um tanto quanto limitada imaginação de John Stuart Mill, o qual sempre raciocinaria por si próprio a respeito do que deve ou não fazer. Não obstante, caso se resolva cobrar qualquer uma dessas moças, as quais agem conforme a manada sugere, pelos resultados indesejáveis de suas condutas, elas recorrerão imediatamente a um princípio primeiro, ou algo semelhante, para se justificarem. De fato, algumas das garotas que se modelam pela multidão já têm as respostas na ponta da língua contra eventuais críticas (mesmo que não sejam feitas). Uma moça de 16 anos disse: “Eu no fundo não me importo [diante das críticas]. Não sou tão jovem assim… mas não é uma questão de idade, eu acredito nisso”.

Em determinado sentido, é claro, ela está totalmente certa. O argumento contra a gravidez adolescente é, largamente, estatístico: o resultado tanto para a mãe quanto para a criança é em geral ruim. Além do mais, esse resultado negativo acarretará altos custos sobre terceiros, os quais nada tiveram a ver com a decisão original de ter a criança. No entanto, um resultado negativo não será absolutamente inevitável, uma vez que quando se trata de assuntos humanos raramente temos uma correspondência estritamente unívoca entre decisões ou eventos e seus resultados. Tampouco devemos condenar automaticamente as

pessoas por tentar fazer aquilo que estatisticamente não se mostra favorável. Apenas um entre dez candidatos que visam a estudar medicina é admitido, mas não se desaprova a conduta dos candidatos que não tiveram êxito, os quais sabiam, de antemão, que as chances eram muito difíceis. Quando um escritor se senta para escrever um romance, ele deve estar ciente de que as suas chances de escrever um clássico, uma obra que sobreviverá às poucas semanas depois de sua publicação, de se juntar a Flaubert e Tolstói, são infinitesimais, mas nem por isso se condena a aposta. Da mesma forma, a mãe solteira adolescente pode apelar ao fato de que ela é um indivíduo e não apenas um membro de uma classe de pessoas.

Não se pode deduzir todas as características de um indivíduo a partir de sua filiação à classe em que ele ou ela se insere, quando essas características estão variavelmente distribuídas dentro dessa classe. Pode muito bem ser verdade que as crianças de mães solteiras adolescentes estão muito mais propensas, em relação a outras crianças, para cair na delinquência ou na vida criminosa, consumir drogas ou se tornar alcoólatras, afastar-se dos estudos e viver desempregadas, sofrer severos problemas psicológicos, e assim por diante. No entanto, também é perfeitamente possível que muitas delas não passem por nada disso, e que tenham uma existência que seja, ao menos para elas, perfeitamente satisfatória. E caso seja verdade que a vida humana é boa, ou um fim em si mesmo, e que, em seu sentido mais amplo, seja sagrada, como podemos lamentar o fato de essas moças, no relatório que eu citei, trazerem essas outras vidas para o mundo? Elas, em seus testemunhos, são veementemente contrárias ao aborto, o que consideram semelhante ao assassinato. Perguntada se considerara um aborto, uma moça explicou que não: “Porque é uma vida… eu não acho… eu não acho que seja certo matar uma vida não importa se […] não é certo […] não se pode fazer isso”.

Outra moça disse:

> “Eu dizia ‘Oh, vou abortar’, mas eu sei que não poderia fazê-lo […] Eu não concordo com isso. É muito errado e jamais farei isso com um bebê”.

Tampouco essas moças estariam no fim de seus recursos filosóficos se cobradas a respeito da estupidez de sua conduta. Elas estão preparadas para conceder, segundo as crescentes propensões estatísticas, que seus filhos sofram múltiplas desvantagens em todas as fases da vida, mas não antes de colocar a culpa por isso em outro lugar, ou na sociedade como um todo. Elas culparão o insuficiente amparo social que receberam, ou o preconceito residual da elite contra crianças nascidas dessa forma; elas podem (com alguma justiça) denunciar as miseráveis escolas que os seus filhos frequentam, o que os impediría de receber inclusive uma educação básica, que é o pré-requisito para desenvolvimentos pessoais posteriores. Em resumo, a decisão de se ter um bebê quando ainda são muito jovens sem qualquer apoio de um pai gera as consequências que vemos, estatisticamente, somente em razão de um fracasso

que é imputado sobre toda a sociedade. Não haveria nada de errado na decisão em si.

Um apoio moral e intelectual para uma visão como essa, ou algo que se assemelhe a isso, não é muito difícil de encontrar. Por exemplo, o relatório cita um artigo de uma famosa jornalista britânica que escreve ao jornal progressista *The Guardian*. A jornalista, Madeleine Bunting, sublinha o fato supostamente inalterável de que as alternativas de vida para essas moças em questão não são muito convidativas, certamente não para aquelas mentes intoxicadas de imagens provenientes do estilo de vida propagado pelas revistas de celebridade e pelos dramas televisivos:

> Assim, quando uma garota de 16 anos decide ir em frente e ter um bebê, não há qualquer tragédia de oportunidade perdida, exceto aquele emprego de empacotadora de supermercado e sua baixa remuneração [...] essas garotas adolescentes estão tomando decisões racionais — e até morais - a respeito daquilo que valorizam na vida, e sobre aquilo que querem fazer com suas vidas [...] Desde quando decidir-se pela maternidade em vez de se apegar ao balcão do supermercado se tornou uma tragédia?

Embora a autora dessas palavras provavelmente esteja orgulhosa de sua posição esclarecida, sua falta de preconceitos, existem na passagem, no entanto, várias suposições incomuns que indicam justamente o contrário, ou seja, que apontam para arraigados preconceitos. Em primeiro lugar, temos a suposição de que exista algo de errado, humilhante, ou até mesmo desonroso acerca de trabalhos sem qualificação e de baixa remuneração (embora baixa remuneração no contexto moderno, que seja lembrado, não signifique remunerações de fome). Não sou economista, mas a exigência de que uma baixa remuneração se torne alta remuneração, sem qualquer melhoria na qualificação ou produtividade profissional, a fim de gratificar o desejo natural do trabalhador desqualificado por um alto padrão de vida ou, em qualquer nível de consumo, desconsiderando-se o efeito disso sobre o resto da economia, não me parece uma receita para uma prosperidade de longo prazo.

Em segundo lugar, temos um desprezo explícito pela atividade de empacotadora de supermercado. A autora, pergunto, nunca vai ao supermercado? Será que ela prefere que as prateleiras fiquem desarrumadas e que todos os produtos sejam empilhados num enorme amontoado, para que os compradores se atirem sobre eles, como fazem os mais pobres em países do Terceiro Mundo quando sobem sobre os montes de lixo para coletar o que lhes interessa? É verdade, é claro, que arrumar prateleiras e empacotar produtos de supermercado não compreende um trabalho intelectualmente exigente, mas é perfeitamente respeitável, honesto e socialmente útil. Desde que as prateleiras estejam organizadas - e até que elas desapareçam da face da Terra ou que sejam organizadas de forma inteiramente automatizada - continuaremos a precisar de empacotadores e arrumadores de prateleira. Esse desdém esnobe

diante dos serviços humildes, não obstante produtivos, não poderia ter ficado mais evidente no texto dessa autora; e é precisamente esse desdém, em vez de algo intrínseco na tarefa, que o torna humilhante.

Finalmente, a autora também deixa claro que, em sua opinião, uma vez que uma pessoa trabalhe como empacotador de supermercado, essa pessoa sempre será, para o resto de sua vida, um empacotador de supermercado. É como a marca de Caim, inalterável. Mas não é assim que funciona, tanto na teoria quanto na prática. A escritora, parece, deseja substituir um preconceito contra mães adolescentes de 13 anos de idade por outro preconceito contra empacotadores de 18 anos de idade.

10. O Convencionalismo dos Transgressores

Algumas pessoas desejam escapar das convenções tanto quanto outras desejam escapar da necessidade de ganhar a vida. De fato, não ser convencional tornou-se para elas uma virtude em si, da mesma forma que a originalidade se tornou hoje uma muleta para aquelas pessoas cujas aspirações artísticas excedem em muito o seu talento. Como o resenhista de uma biografia sobre o falecido filósofo A. J. Ayer escreveu no *Times Literary Supplement*, não exatamente um veículo da contracultura jovem, ao colocar que uma das virtudes de Ayer seria o seu não convencionalismo. O escritor da resenha não achou necessário indicar em que sentido - opinião ou conduta — ele não era convencional. É como se essa virtude falasse por si mesma.

É claro, assar bebês para comê-los no café da manhã é algo fora do convencional, como não era (tempos atrás) convencional chamar a atenção para a iniquidade do comunismo soviético ou da segregação racial na África do Sul: mas é a forma do não convencional que é importante, evidentemente, e não o seu *conteúdo*, ao menos para o escritor da resenha, o que não é um caso atípico em muitos intelectuais. Um artista que quebra um tabu -, e frequentemente dizem que esse seria o último tabu remanescente, embora, em breve, seja encontrado qualquer outro para ser quebrado (basta lembrar as repetidas últimas performances do cantor australiano, Nellie Melba) -, é em geral elogiado por sua originalidade, coragem, e assim por diante, desconsiderando-se se o tabu deveria ser ou não quebrado, ou quais seriam as consequências sociais de quebrá-lo. Os transgressores habituais das fronteiras não se opõem tanto a qualquer fronteira em particular, mas à existência de fronteiras enquanto tais. Eles querem uma vida sem fronteiras: a civilização tem sempre os seus descontentes.

Em certo sentido, todo ser humano é original, e isso acontece sem qualquer esforço ou autoconsciência: muitas das elocuções de cada um de nós nunca foram proferidas antes e nunca mais o serão por qualquer outra pessoa. Mas o tipo de originalidade compartilhada por todos não é o mesmo que os românticos modernos solicitam a fim de se sentirem completamente individualizados numa sociedade de massa. O que eles buscam é certa originalidade original, ou uma metaoriginalidade, por assim dizer. Isso significa se envolver com algo equivalente a uma corrida armamentista, com gestos crescentemente extravagantes para diferenciar a pessoa da massa (essa necessidade não seria uma chave para se compreender boa parte da história da arte do final do século XX?). Infelizmente, o desejo de se furtar a uma convenção é, em si mesmo, uma convenção. A boemização em massa da sociedade não resultou necessariamente no florescimento de individualismos valiosos ou realizações culturais: é preciso somente refletir a respeito do pequeno tamanho populacional e geográfico das medievais e renascentistas Florença e Siena para perceber isso. Uma convenção foi substituída por outra. Quando recentemente participei de um

funeral boêmio em Paris, eu era o único que me diferenciava com meu terno escuro e gravata - tão provinciano e tão convencional! Todos os outros pareciam chegar ao cemitério logo depois das compras na mercearia local, durante um breve intervalo em suas inspiradas vidas.

Isso importava? Afinal de contas, o sujeito mais importante no contexto estava morto e se fora, a não ser que se acredite num espírito sobrevivente que paire sobre os funerais, observando quem está e quem não está verdadeiramente de luto (ideias parecidas estão na cabeça de muitos jovens candidatos a suicidas). Não é difícil construir um argumento boêmio contra qualquer tipo de formalismo de vestimentas em funerais: o que importa seria aquilo que as pessoas, genuína e autenticamente, sentem pelo recém-falecido, não como se vestem; e que a convenção de se usar uma roupa especial encoraja a hipocrisia e o fingimento, como se hipocrisia e fingimento pudessem ser tão facilmente eliminados do repertório humano. Em meu caso, posso dizer apenas que prefiro uma abordagem levemente mais cerimoniosa diante da morte de uma pessoa, indicando algum sinal visível de que o seu falecimento não constitui apenas mais um evento em minha lotada agenda do dia, um interlúdio entre a ida ao banco e o café com os amigos, ou entre comprar sapatos e escrever um artigo. Todavia, sejam lá quais forem as minhas preferências, o fato é que aquilo que começou como rejeição a determinada convenção acabou por se tornar, por si mesmo, uma convenção, e os adolescentes que foram ao funeral em sua versão de moda estilo gueto norte-americano, talvez ligeiramente melhor, já terão formado o preconceito de que os funerais não diferem, no quesito vestimenta, de outros encontros, e não lhes ocorrerá que as coisas podiam ser, e realmente foram, diferentes. Caso participassem de um funeral mais tradicional, eles o estranhariam antropologicamente, como se fosse uma dança de guerra entre nativos polinésios.

Deixe-me esclarecer, de passagem, que se vestir de forma mais formal em razão de um funeral exigirá certo esforço, o que não vale para roupas habituais.

11. A Supervalorização da Racionalidade nas Escolhas

Uma das fontes do preconceito contra o preconceito é o grande tratado de John Stuart Mill, Sobre a liberdade, publicado em 1851. Como se sabe, Mill teve uma infância peculiar sob a tutela de seu pai racionalista, o qual acreditava que a ação correta pudesse ser reduzida a uma fórmula quase matemática - isto é, que a ação correta seria aquela a produzir a maior felicidade para o maior número de pessoas. A esperança do Mill sênior era que o Mill júnior se tornasse devidamente aquela besta difusa, uma espécie de máquina de calcular de pernas.

Tudo ia bem até o Mill júnior chegar aos 20 anos, quando ele experimentou uma crise mental, comumente chamada de colapso nervoso. Sob a influência de poetas românticos como Wordsworth e Coleridge, ele percebeu que aquela um tanto quanto dissecada noção da existência humana adotada e brutalmente buscada por seu pai não se mostrava adequada para a satisfação de todas as necessidades humanas. Sua história pessoal se assemelha àquela de crianças obedientes, filhas de pais que pertencem a uma seita rígida e exclusiva, que descobrem durante a adolescência ou no início da idade adulta que as crenças de seus pais, até então tidas como certas, não têm fundamento e são, inclusive, meio insanas.

Mill resolveu o problema, ao menos para si, ao combinar o culto romântico do indivíduo com o utilitarismo puritano de seu pai. E essa solução foi tão poderosa, ao menos retoricamente, que boa parte da *intelligentsia* ocidental a adotou a partir daí, e por intermédio dessa *intelligentsia*, populações inteiras, saibam elas ou não disso. Numa observação famosa, o filósofo idealista do início do século XX A. N. Whitehead disse que toda a filosofia ocidental resumia-se a uma série de “notas de rodapé em Platão”; igualmente, toda a política social ocidental resume-se a uma série de notas de rodapé em Mill, mas cujas consequências ele não teria de modo algum aprovado.

Tomado pelo desejo de reconciliar o irreconciliável, dar a um individualismo radical as crenças mais sociais e a um utilitarismo os princípios mais individualistas, Mill foi levado a construir uma visão irrealista tanto dos seres humanos quanto da sociedade na qual vivem. Ele se inclinou a supor, como acontece com muitos pensadores, que a maior parte das pessoas ou era ou poderia se tornar como ele, ao receber uma educação suficiente. De certo modo, isso o homenageia, pois ele também supunha modestamente que os próprios talentos não eram nem grandiosos nem excepcionais, mas isso o levou a imaginar algo que não é muito provável, ou seja, que haveria um momento em que a maioria das pessoas estaria tão profundamente preocupada com as fundações morais da conduta humana quanto ele estava. Por sua vez, isso indica que o conhecimento que tinha de seres humanos reais com situações e experiências de vida diferentes da sua não era muito grande. Isso não é de modo

algum surpreendente, uma vez que, na época em que Mill veio a escrever Sobre a Liberdade, ele e sua esposa já levavam uma existência reclusa.

De qualquer forma, em geral, Mill supervalorizava o papel que a razão de fato exerceria ou poderia exercer na vida normal e diária das pessoas. Já logo no começo do tratado, escrito de forma tão vigorosa e persuasiva que o leitor se vê seduzido pela força da prosa, Mill ataca o preconceito social, o qual ele percebe como um perigo maior, nas circunstâncias de sua época, do que um governo abertamente tirânico:

> Não é suficiente, portanto, a proteção contra a tirania do magistrado; necessária também a proteção contra a tirania da opinião e dos sentimentos predominantes, contra a tendência para se impor, por meios outros que não penalidades civis, suas próprias idéias e práticas como regras de conduta […]

Portanto, o indivíduo deve decidir por si próprio se deve se conformar às idéias e práticas da sociedade, e isso se dá por uma série de razões. A mais importante delas é que a verdade de qualquer sujeito, tanto na esfera empírica quanto moral, não pode ser conhecida de uma vez por todas, final e indubitavelmente, e, portanto, todas as "idéias e regras de conduta" estão abertas ao questionamento. Um avanço, tanto moral quanto empírico, surge de um contínuo confronto das opiniões - isso é indubitável. Mas mesmo se não fosse o caso, existe um princípio ético que solicitaria a cada homem escolher se quer ou não se conformar perante as ideias e práticas de uma sociedade: "Nesse aspecto [de sua conduta] que se refere exclusivamente a ele, a sua independência é, por direito, absoluta. Sobre si mesmo, sobre o seu próprio corpo e mente, o indivíduo é soberano".

Aqui fala um homem que vive como um recluso. Existe uma antiga crítica a Mill que diz que, exceto pelo anacoreta do deserto sírio, o qual sobrevive à base de mel e gafanhotos, nenhum homem é uma ilha (e mesmo um anacoreta pode ter uma mãe que esteja desapontada com a escolha profissional de seu filho); e, portanto, que mesmo o mais insignificante dos atos pode exercer certo impacto ou ter consequências sobre terceiros. Se alguém resolve alterar o princípio de considerar a conduta de alguém como um ato principalmente individual, em vez de exclusivamente individual, essa pessoa se verá enredada em intermináveis e insolúveis questões relativas a que parte a sua conduta se refere, e qual a fronteira que separaria isso do resto.

Mas, como o grande historiador Lorde Acton disse, "as idéeias têm uma radiação e um desenvolvimento, uma ancestralidade e uma posteridade por si mesmas, nas quais os homens atuam como padrastos e madrastas mais do que como pais legítimos". Quem duvida de que a maior parte das pessoas se esquece, por razões bastante óbvias, a qualificação de Mill sobre a soberania pessoal, isto é, que ela se aplica à conduta que "se refere meramente à pessoa"? Quando o sujeito que defende o aborto e exige a sua aplicação (e eu falo como alguém que não se opõe totalmente ao aborto) sob a alegação de que uma mulher é o Rei Sol

de seu próprio corpo, será que essa pessoa não se esquece de que o feto não é puramente parte de seu corpo, mas um ser distinto em formação e é, até que a partenogênese se torne regra, o produto, para usar um termo neutro e impessoal, de outra pessoa também? Em um mundo minimamente decente, o pai não teria responsabilidades inescapáveis em relação aos seus filhos e, portanto (uma vez que não deve existir cobrança sem representação), ele não teria algum direito moral de expressar a sua posição sobre a questão? Mill não era certamente uma apologista do egoísmo, do tipo aborto a pedido do freguês, tanto em teoria quanto no exemplo que deixou ao mundo, mas ele foi, na frase de Acton, o seu padrasto, ou um de seus padrastos.

Embora eu esteja longe de desprezar o papel da intelecção na vida humana, e por vezes lamente a sua falta em grandes partes dela, o seu papel é inevitavelmente muito mais complexo do que o papel simples e direto que Mill imaginou. A vasta maioria dos homens - e aqui incluo a mim mesmo, de modo a não ofender ninguém - simplesmente não consegue levar a vida como se ela fosse constituída de longas séries de enigmas morais e intelectuais. Caso assim fosse, e se as tomássemos seriamente, a maior parte de nós morreria de fome como o asno de Buridan, o qual, ao se encontrar perfeitamente equidistante entre duas pilhas de feno, não pôde decidir qual caminho tomar.

12. Autoridade como Necessária para a Acumulação de Conhecimento

Segundo Mill, nenhuma questão empírica ou moral pode ser estabelecida como intrinsecamente indubitável, portanto as nossas respostas aos questionamentos morais e empíricos devem ser para sempre temporárias e suscetíveis de revisão. Ele nos diz que a verdade (ou talvez devêssemos dizer a verdade que por ora se apresenta como a mais verdadeira, já que em sua hipótese a verdade não pode ser conhecida) emerge do confronto de opiniões, no qual falsidade e a verdade se interpenetram. Isso lhe dá um argumento utilitarista para a não supressão de uma opinião: se você suprimir a falsa nunca alcançará a verdadeira, e caso não se alcance a verdadeira, o progresso será impossível.

Existe um sentido em que isso se torna perfeitamente válido, é claro. Um ambiente científico no qual não fosse permitido qualquer desacordo, onde (por exemplo) todos fossem obrigados a concordar com uma doutrina oficial mesmo no tocante à menor das questões, esse não seria um ambiente de ciência no qual muitos avanços pudessem ser feitos. Dentro dos confinamentos de seus estabelecimentos científicos, sobre os quais se apoiava fundamentalmente o seu poderio militar, a União Soviética permitia, nesse caso específico, a liberdade intelectual. Mas a permissão para a manifestação da liberdade intelectual, embora seja um dado muito positivo, não esgota a questão sobre a autoridade, mesmo nas sociedades mais livres. As possibilidades e recursos de qualquer laboratório, não importa o quão bem dotado seja, serão finitas. Sempre será preciso escolher entre linhas de pesquisa concorrentes, geralmente com base em uma intuição sobre qual será a linha que se mostrará mais proveitosa.

Além do mais, apesar de a liberdade para uma especulação aberta constituir fator essencial para a descoberta da verdade, incluindo-se as falsas hipóteses, isso não significa que todas as falsidades tenham igual valor, ou mesmo qualquer valor, em determinada busca. Parece que Mill não gozou suficientemente da companhia de esquisitões nos bares da vida para que pudesse apreciar esse lado. A imediata desconsideração de uma opinião a dizer que o Oceano Pacífico seria composto exclusivamente de queijo *brie* derretido jamais seria tratada como uma imposição a retardar o avanço dos estudos em oceanografia. De qualquer modo, o que poderiamos responder a uma pessoa, caso viéssemos a responder algo, que insistisse em afirmar que o Pacífico seria assim composto? Protestaríamos a dizer que as águas dos mares não são dessa forma? Ele responderia, “mas o Pacífico é”. E caso insistíssemos dizendo “Mas, eu estive no Pacífico e ele é composto de água marinha”, ele redarguiria, “Quando você esteve lá pela última vez?” e, ao saber que lá estive há cinco anos, ele asseveraria triunfalmente, “A coisa mudou desde essa época”. Caso pegássemos o telefone para perguntar a alguém que lá vive para que nos informasse se o Oceano Pacífico mudou recentemente para queijo *brie* derretido, já nos teríamos tornados tão loucos quanto o nosso interlocutor.

Portanto, nem toda falsidade é valiosa na busca pela verdade; de fato, seria necessário não mais que uma hora para gerar centenas de falsidades que não teriam qualquer valor ou uso concebíveis, e que não valeriam o esforço de qualquer refutação.

Além do mais, é muito fácil exagerar ou superestimar a natureza provisória do conhecimento científico. Quando um biólogo eminente que conheço encontra alguém que diz a ele que, afinal de contas, a ciência trabalha apenas com hipóteses, ele costuma responder: "Mas o sangue de fato circula". Não mais esperamos que se façam experimentos cujo intuito seria provar a não circulação do sangue, da mesma forma que não esperamos que um matemático apareça com a hipótese de que dois mais dois não somariam quatro. O sangue circula, e sabemos que ele circula, (mesmo os epistemólogos mais céticos não se recusariam a consultar um cirurgião cardíaco com base numa dúvida se haveria de fato fundamentação suficiente para se acreditar na circulação do sangue); não obstante, nem um sujeito entre cem de nós, suspeito, seria capaz de demonstrar a existência da circulação para alguém que por alguma razão a desconhecesse, valendo-se apenas de recursos teóricos. A demonstração dos capilares, vital a todo o argumento e descoberta pelo microscopista italiano do século XVIII Malpighi, mostrar-se-ia particularmente difícil para o não iniciado, e tudo bem para o avanço da ciência se cada geração não precise, por si mesma, fazer todas as descobertas prévias sob a fundamentação de que elas já gozam de autoridade consolidada, e que possam aceitá-las mais ou menos ao se valerem dessa autoridade.

A vasta maioria de nossos conhecimentos chega até nós da mesma forma. Desde muito jovem, eu soube que acontecera uma batalha em Hastings no ano de 1066, embora eu ainda não saiba como provar a sua ocorrência. Ser capaz de fazer isso exigiria uma vida de treinamento, e inibiria necessariamente a minha aquisição de conhecimentos em outras áreas, e além do mais isso teria como provável resultado apenas a confirmação do que eu já sabia, a menos que fosse minha intenção realizar uma investigação original sobre esse período da história. Depreende-se como uma das grandes conquistas de nossa civilização o fato de, num grau sem paralelo em outros lugares, ela ter criado os meios institucionais através dos quais o conhecimento genuíno pode ser buscado e disseminado, e por ter examinado simultânea e continuamente a força das evidências sobre as quais esse conhecimento se baseia. Essas instituições operam na medida em que são livres, é claro, embora não livres de preconceito ou de ideias preconcebidas, pois isso seria impossível, mas livres para examinar esses preconceitos e ideias preconcebidas à luz das novas evidências, modificando ou rejeitando os antigos modelos à medida que isso se torna intelectualmente necessário. Todavia, essa liberdade não pressupõe necessariamente o seu mau uso: o sábio questiona apenas aquelas coisas que merecem questionamento.

Mill não era tolo a ponto de não apreciar essa implicação. Em certos momentos, ele soa positivamente equilibrado e realista.

Ninguém afirmaria que as pessoas não devam colocar em seu modo de vida e

em sua conduta as impressões advindas de seu próprio julgamento e avaliação individual. Por outro lado, seria absurdo fingir que as pessoas devessem viver como se nada houvesse de conhecimento no mundo antes delas; como se a experiência ainda nada tivesse feito no sentido de mostrar que um modo de existência ou de conduta é preferível a outro.

Nesse caso, Mill está falando de conhecimento moral, mas o mesmo valeria para modos mais empíricos de conhecimento.

Não obstante, Mill age como o padrasto de uma ideia que não é estritamente sua — isto é, de que uma opinião seria tão boa como outra, mesmo as questões factuais. É possível ver esse resultado no uso que se faz hoje do termo “válido”, uma palavra que, embora seja popular na boca dos estudantes atuais, geraria calafrios na espinha dos acadêmicos da velha escola, os quais ainda respeitavam a possibilidade da verdade como objeto de investigação. Não são mais os argumentos que são válidos, no sentido de serem elaborados segundo regras da lógica e da evidência, mas as opiniões e mesmo as questões como um todo.

Por exemplo, um entrevistador de televisão britânico chamado Jonathan Ross, de fato bastante conhecido por sua extrema vulgaridade e contratado pela BBC por um salário de 11 milhões de libras por ano, perguntou para o líder do partido da oposição, David Cameron, se quando jovem ele se masturbava pensando na senhora Thatcher. Como não poderia deixar de ser, essa pergunta absolutamente idiota gerou certa dose de indignação e críticas, às quais ele respondeu que continuaria a defender a pertinência da pergunta por considerá-la “válida”.

13. A Igualdade de Todas as Opiniões, Desde que Sejam as Suas

O que Jonathan Ross quis dizer com isso? Veremos num instante; antes, vamos retornar brevemente para Mill como o padrasto acidental das ideias ruins.

Não existe qualquer verdade tão certa, diz Mill, que não possa ser controvertida (exceto, talvez, no caso desta afirmação). É desse fato, ou fato alegado, que ele deriva o argumento utilitarista da liberdade de expressão, embora, é claro, existam outros argumentos para essa liberdade. Mas Mill vai além. Ele nos diz ser necessário para o desenvolvimento da personalidade de alguém que as opiniões desse sujeito não lhe sejam simplesmente passadas, mas que sejam opiniões próprias. De fato, segundo Mill, uma pessoa formada pela sociedade é menos do que completamente humana: "Quem deixa que o mundo, ou a sua parte do mundo, escolha o seu plano de vida no seu lugar não necessita de qualquer outra faculdade além da faculdade simiesca de imitação".

O culto romântico do ser humano original se expressa na poderosa prosa racionalista de Mill, um mestre dessa visão:

> Embora os costumes possam lhe parecer bons e adequados, não obstante conformar-se ao costume meramente como costume não educa ou desenvolve o sujeito em nenhuma das qualidades que comportam as qualidades distintas do ser humano. As faculdades humanas de percepção, julgamento, sentimento discriminativo, atividade mental e até mesmo preferência moral só são exercitadas quando se faz uma escolha. Quem faz algo somente porque é costume não faz escolha alguma. Não ganha prática quer de discernir quer de desejar o melhor. As capacidades mentais e morais, assim como as musculares, só se aperfeiçoam se forem estimuladas. Essas faculdades não são exercitadas ao se fazer algo meramente porque outros o fazem, tampouco quando se crê em algo somente porque outros também o fazem. Se as bases de uma opinião não são concludentes para a razão do indivíduo, essa razão não pode ser vitalizada, mas antes se verá enfraquecida. E se os motivos de um ato não forem tais que se coadunem com os sentimentos e o caráter da pessoa (quando não estejam em causa afeição e direitos alheios), esse ato torna os sentimentos e o caráter inertes e entorpecidos, em vez de ativos e energéticos.

Não chega a ser qualquer surpresa se as pessoas deduzirem dessa passagem, ou ao menos dela inferirem, que a qualidade mais importante de um ato ou de uma opinião não se associa à sua correção, ou ao esforço para se atingi-la (levando-se em consideração a incerteza do conhecimento factual e a debilidade da razão humana), mas a grande qualidade está em se ter uma opinião própria. Ter

opiniões que não sejam genuinamente suas no sentido de Mill, por exemplo, ao tomá-las de uma autoridade confiável sobre o assunto, é ficar alijado dos “atributos que compreendem a qualidade distinta do ser humano”. Em conjunção com a noção de incerteza do conhecimento humano, vemos, na necessidade de todas as opiniões serem genuinamente pessoais, a procedência filosófica e psicológica da noção moderna de “validade”. Quando o entrevistador Jonathan Ross defendeu a pergunta que fizera chamando-a de “válida”, ele não quis dizer que a pergunta fora gramaticalmente bem formulada, ou que tocava num assunto público importante, mas que a pergunta era o produto de sua própria e desassistida contribuição, se esse é o termo certo. Uma coisa pequena, mas, não obstante, sua!

Ao surgirem diferenças irreconciliáveis, muitas das discussões sobre questões substantivas são hoje em dia encerradas da seguinte forma: “Bem, a minha opinião é tão válida quanto a sua”. Pouco importa se entre os debatedores existe alguém que fez um estudo profundo sobre a questão, tem mais evidências à disposição e construiu uma moldura lógica para articulá-las, e se as pessoas que reivindicam igual “validade” para as suas opiniões sobre a questão nunca tenham antes pensado no assunto e se apresentam como totalmente ignorantes diante de tudo aquilo que é mais relevante. Pois, se nada é certo, o que são os fatos afinal de contas? São opiniões. Logo, a liberdade de opinião se torna igualdade de opinião: pois o que representa o uso da liberdade sem igualdade?

14. Costume Descartado por ser Costume

É claro, não suponho que todas essas pessoas que dizem que suas opiniões são igualmente válidas diante de qualquer outra, fundamentando-se na suposta autoridade inquestionável da própria pessoa, de fato leram o livro de Mill sobre a liberdade. Mas ideias e opiniões se infiltram na sociedade da mesma forma que um cristal de permanganato de potássio se dissolve num béquer de água, espalhando a sua coloração por toda a substância. À medida que as pessoas se aglomeravam em cidades crescentemente maiores, a fim de desempenharem tarefas cada vez mais técnicas, frustrantes e rotineiras (um processo que já ocorria em passo acelerado na época de Mill), um grande medo se apoderou dos pensadores: o ser humano se tornara uma mera máquina ou, melhor dizendo, uma pequena engrenagem numa máquina gigantesca. Mill esteve longe de ser o único autor preocupado com a perda da individualidade. Ruskin, Carlyle e Marx compartilharam dessa preocupação. Mas foi Mill que, ao menos no mundo moderno, tornou-se o mais influente a longo prazo, especialmente após o falecimento da utopia marxista. Os seus escritos também estão tomados de pensamento utópico, embora de uma forma mais modesta e menos estridente do que os escritos de Marx. Em razão de sua retórica poderosa, foi Mill que insinuou sobre a sociedade a noção da beleza e utilidade únicas das opiniões de cada um, ao menos em potencial, mas desde que o sujeito conseguisse se livrar das impurezas da opinião herdada. A opinião herdada torna-se inimiga da humanidade:

> Nos nossos tempos, das mais altas às mais baixas classes da sociedade, todos vivem como se estivessem sob as vistas de uma hostil e terrível censura. Não apenas no que se refere a outros, mas no que diz respeito exclusivamente a cada um, o indivíduo não se pergunta: o que prefiro? Ou, o que condiz com o meu caráter e disposição? Ou, o que permitiria o que há de melhor e mais elevado em mim ser tratado com imparcialidade, de modo que pudesse crescer e vicejar? Antes, pergunta-se: o que é mais conveniente à minha posição? O que fazem mais comumente as pessoas da minha condição e categoria financeira? Ou, pior ainda, o que fazem comumente as pessoas de condição e posição superiores às minhas?

Os resultados são horríveis e desumanizadores (quantos intelectuais encontraram razões para pensar que 99% de seus semelhantes não são realmente humanos?):

> […] o conformismo é a primeira coisa em que se pensa; as pessoas se sentem atraídas por multidões, exercem a escolha apenas quanto ao que comumente se faz: evitam a peculiaridade de gosto, a excentricidade da

> conduta, como se esquivam de um crime; à força de não seguirem a própria natureza não dispõem de nenhuma natureza para seguir […]

Qual é a alternativa a essa visão infernal de seres humanos como himenópteros glorificados? Mill realiza o impossível, e reconcilia as doutrinas de Rousseau e de Jeremy Bentham:

> Não é fazendo desvanecer-se na uniformidade de tudo o que existe de individual dentro de nós, mas cultivando-o e estimulando-o dentro dos limites impostos pelos direitos e interesses alheios, que os seres humanos se tornam um nobre e belo objeto de contemplação. E, como as obras participam do caráter do seus autores, a vida humana se torna, com isso, variada e excitante, fornecendo maior cópia de alimento aos pensamentos sublimes e aos sentimentos que elevam, e fortalecendo o laço que une cada indivíduo à espécie, por fazê-la infinitamente mais digna de se pertencer. Na proporção em que se desenvolve a individualidade, cada pessoa se torna mais valiosa para si mesma, e, portanto, capaz de ser mais valiosa para os outros.

Ao que se pode apenas responder, ah, é mesmo?

Para Mill, o costume seria um mal a constituir o princípio de obstrução para o progresso e o desenvolvimento moral, e a forma como esse costume se agarra à sociedade é tão forte que a originalidade, o não conformismo e a rebeldia se tornam bens em si mesmos, desconsiderando- se os seus conteúdos reais. Nessa visão, o homem que ridiculariza uma convenção ipso facto levanta a sociedade de seu torpor e deixa que todos saibam que existem modos diferentes, e melhores, de fazer as coisas. Quanto maior for o número de pessoas assim, mais prováveis serão as chances para o progresso.

Mill viveu numa era de otimismo. A pior eventualidade social que ele conseguiu conceber foi a estagnação, o que significa dizer a falta de um progresso que em circunstâncias diferentes poderia ter sido possível. De um mal radical, o qual o século seguinte testemunharia em abundância, ele não tem nada a dizer, portanto ele não fazia a menor ideia de que uma mania de progresso poderia resultar em sua própria antítese, ou de que a defesa contra um mal radical, cuja comissão não seria possível sem a cooperação e participação de muitos homens, seria necessária. O abandono dos limites estabelecidos pelos costumes e um preconceito moral invertido não conduziram necessariamente a melhorias.

Mill não menciona os costumes sem antes arremessar pedras:

> Não ocorre [a ninguém] a ter qualquer inclinação exceto por aquilo que é costumeiro. Logo, o espírito se dobra ao jugo […] O despotismo do costume está em toda parte como franco impedimento à realização humana, constituindo-se em antagonismo incessante à disposição para se querer algo melhor que o costumeiro […] O princípio progressivo […] se opõe ao jugo

> do costume, procurando dele se emancipar; e o embate entre os dois constitui o ponto central na história da humanidade. A maior parte do mundo, propriamente dizendo, não tem história, uma vez que aí o despotismo do costume é completo.

Não causa surpresa se as pessoas concluíssem, a partir disso, que um costume qualquer não deveria ser ridicularizado ou descartado em razão de sua conteúdo particular, mas simplesmente por ser um costume e, portanto, deletério - *ex officio*, por assim dizer. Essa conclusão seria em muito fortalecida pelo elogio que Mill faz à originalidade, ou seja, aos esforços de uma pessoa meramente para se fazer diferente, não para ser melhor em algo, mas apenas para ser diferente:

> Hoje, o mero exemplo de não conformismo, a mera negativa a dobrar o joelho ao costume, já constitui um serviço. Precisamente porque a tirania da opinião é tal que faz da excentricidade um opróbio, é desejável, para vencê-la, que as pessoas sejam excêntricas.

Aqui, de forma muito clara, temos um preconceito contra o preconceito.

15. Como a Leitura Parcial de Mill Leva ao Egoísmo Ilimitado

O que Mill parece recomendar, e como certamente se achou que foi sua recomendação, é que cada pessoa deveria se lançar ao mar da vida sem dispor de nada, exceto do leme de seu próprio discernimento. De fato, Mill tinha uma opinião bastante negativa a respeito da real capacidade da maior parte da humanidade nesse quesito, e referia-se depreciativamente mesmo aos 99% das pessoas educadas, para não falar do resto. Se a vasta maioria de uma pequena minoria não poderia pensar por si mesma, que esperança haveria para o resto da humanidade? Todavia, não há motivo para se desesperar: “A honra e a glória do homem médio é ele ser capaz de seguir a iniciativa de todas as coisas sábias ou honrosas que vêm e precisam vir de indivíduos”. Em outras palavras, seria uma coisa excelente para os alemães médios abrir mão de seu preconceito contra a desordem nas ruas, e então começar a atacar indivíduos e destruir a propriedade alheia, a fim de seguir aquele sujeito solitário, excêntrico e indubitavelmente original chamado Adolf Hitler.

Que Mill fosse, em certo sentido, um moralista do Antigo Testamento é geralmente esquecido por aqueles que desejam ver o seu livro como mera licença para licença. De fato, ele desaprovava tão veementemente como qualquer pregador evangélico uma sensualidade desenfreada, a in- continência sexual, e daí por diante. Ele fala com desdém daquele “que não consegue conter os impulsos danosos” e daquele que “persegue prazeres animais em detrimento daqueles que envolvem o sentimento e o intelecto”. Mill não aprovaria aqueles que consideram os arranjos da família moderna (ou melhor, a falta de arranjos) a consequência natural de sua doutrina da liberdade. Ele diz:

> Se um homem tomou a responsabilidade moral de constituir família e se torna em razão [de intemperança e extravagâncias] incapaz de provê-la ou de educá-la, ele será merecidamente reprovado e poderá ser justamente punido.

É claro, alguém poderá salientar que o abandono da responsabilidade para com a família não é mais o que costumava ser, pois o Estado, embora não seja exatamente o pai da criança, tornou-se ao menos o seu padrasto, e assumirá o custeio, logo o opróbio moral de um abandono como esse não será mais justificado em nosso mundo atual. Duvido que Mill aprovasse essa situação; todavia, o ponto é que as pessoas retiram das doutrinas filosóficas aquelas consequências que estão de acordo com os seus desejos profundos (melhor seria dizer os menos rasos).

Temos então a ideia de que “o único fim para o qual a humanidade está autorizada […] ao interferir com a liberdade de ação de qualquer um de seus

membros" é o de prevenir a conduta que "esteja calculada a gerar o mal para um terceiro", embora em conjunção com a dificuldade de decidir o que seria na verdade um mal e quem ficaria realmente responsável por ele, ao passo que, ao mesmo tempo, acredita-se que a diversidade de condutas e de códigos morais seja um bem em si mesmo. Isso liberta um sujeito de ter que aceitar qualquer costume ou regra informal que até então fora amplamente respeitada. Então, ele estará livre para conduzir a si mesmo da forma como desejar, o mais caprichosamente possível, ao menos até que alguém o desafie. Nessa perspectiva, a conformidade a qualquer regra é sentida como uma ferida a machucar a soberania pessoal, e o mesmo vale para o exercício de qualquer autoridade externa àquela do ego. Longe de estabelecer questões sobre o justo exercício do poder de uma pessoa sobre outra, a atitude engendrada por uma leitura parcial de Mill (ou acolhida como uma espécie de boato filosófico) torna todas as interações humanas questões de poder. Isso é particularmente verdadeiro para aqueles que estão no extrato mais baixo da escala social, ou que assim se sentem. A sua dignidade como soberanos absolutos, como Reis Supremos de sua própria alma, é a mais frequentemente infringida; a vida dessas pessoas desenrola-se como uma longa série de atos de lesa-majestade, perpetrada por terceiros. O ego delas se assemelha a uma ferida cuja cura nunca é permitida, constantemente reaberta pela realidade, e na qual se esfrega o sal fornecido por aqueles que têm poder e prestígio.

16. A Dificuldade de se Fundar uma Decência Comum Baseada em Princípios Primeiros

É possível observar essas coisas em atitudes muito prosaicas de rebeldia contra a convenção. Nos trens britânicos, por exemplo, rapazes e moças frequentemente colocam os seus pés sobre o assento em frente, caso não esteja ocupado. De fato, para eles, fazer isso se tornou quase uma atitude de *rigueur*. Tão logo se sentam, botam os pés em cima do assento, como se marcassem o seu território ou reivindicassem um direito de conquista. É bastante improvável que eles ajam dessa forma por mero cansaço, pois não é possível que as pernas deles estejam mais cansadas do que as das senhoras, as quais nunca colocam os seus pés dessa maneira.

Tamanha é a absoluta soberania desses indivíduos que são pouquíssimas as pessoas que ousam desafiá-los. Ressaltar que o aviso no vagão diz "Favor não colocar os pés sobre o assento" — o tipo de aviso que alguns anos atrás teria parecido absurdo, desnecessário, redundante - não surtiria efeito, e talvez pudesse ser perigoso, uma vez que muitas pessoas agora se sentem obrigadas a defender a sua soberania com uma faca. De fato, talvez até devamos esperar que o aviso venha a provocar o exato comportamento que ele procura evitar, uma vez que constitui um convite para que as pessoas demonstrem a virtude de seu caráter por meio da não conformidade.

Não faz muito tempo, uma jovem num trem no qual eu estava viajando colocou ostensivamente os pés no assento em frente. Ela era claramente da classe média conformista não conformista - ou não conformista conformista - um atributo há muito tempo característico da classe-média. Sejam lá quais forem as deficiências científicas da ideia de Lombroso de que a criminalidade está inscrita biologicamente na face, uma rápida olhada nela foi suficiente para me assegurar de que muito provavelmente não pertencia à comunidade dos que andam de faca, e perguntei-lhe se se importaria em retirar os pés do assento. Ela imediatamente (e sem qualquer aparente acrimônia) pensou numa autojustificativa.

30. Meus pés estão limpos. - disse.

31. Mesmo assim. - respondi.

32. Eles não estão fazendo qualquer mal. - ela redarguiu.

Felizmente, ela então retirou os pés do assento, embora eu tenha notado que voltou a colocá-los assim que deixei o vagão na minha estação de parada. Nosso diálogo socrático, referente ao ato de colocar ou não os pés sobre os assentos no

vagão de trem, foi abortado.

Todavia, caso a conversa tivesse continuado, está claro que os argumentos ficariam do lado da jovem, a não ser para aqueles cujo reconhecimento de um argumento depende de uma vitória total por nocaute. Por exemplo, ela teria sido capaz de questionar se o fato de colocar os pés sobre os assentos desocupados seria danoso para alguém. Ela já alegara que os seus pés estavam limpos, e que, portanto, seria muito improvável que a saúde de alguém ficasse comprometida em razão de seu comportamento. Alguém já fizera um experimento científico - uma experiência duplamente filtrada - a fim de estabelecer se os pés sobre assentos desocupados causariam danos tangíveis às pessoas que se sentassem posteriormente nesses assentos? E claro que não, a própria ideia é um absurdo. Os resultados dessa experiência, caso fosse conduzida, seriam publicados no *The New England Journal of Medicine*? Ou ao menos num periódico menos célebre de pesquisa médica? A questão responde por si mesma. Prima facie a probabilidade de um dano é pequena, especialmente porque os passageiros estão vestidos e protegidos de um contato direto com o assento. O ônus da prova está, certamente, sobre a pessoa a propor a proibição desse tipo de comportamento. A jovem no trem talvez nunca tenha lido Mill, mas ela conheceria o argumento, mesmo porque quase todo mundo o conhece.

Muito bem, poderíamos dizer então que colocar os pés sobre o assento é deselegante, embora não seja danoso à saúde. Ah, mas quem disse? Não é um fato, tanto histórico quanto antropológico, que aquilo que é e foi considerado como item de boas maneiras variou ou varia no tempo e no espaço, e o que é ou foi considerado obrigatório num certo tempo e lugar é ou foi visto como absolutamente revoltante em outro? Novamente, a jovem no trem talvez não tenha lido o ensaio de Montaigne sobre os canibais, no qual ele defende a relatividade do julgamento moral, mas mesmo assim ela conheceria o argumento.

Um apelo à democracia e à opinião da maioria tampouco funcionará, em primeiro lugar porque a opinião da maioria não tem direito intrínseco de se impor sobre as minorias (bem o contrário, de fato), e em segundo porque, se a opinião da maioria fosse relevante, sobre essa questão em particular a opinião da maioria é quase certamente desconhecida. Ninguém jamais conduziu uma pesquisa a fim de investigá-la, além disso haveria toda uma discussão a fim de se saber que opinião, de que parcela da população, deveria ser discutida. A população do país inteiro? A população que pega trem? Que usa determinadas linhas de trem, cuja opinião pode variar daquela de pessoas que usam outras linhas? Que viajam raramente, ocasionalmente, frequentemente, ou duas vezes ao dia nos trens? A opinião de alguém que está no começo de sua rotina como passageiro deveria contar mais do que a de alguém que está no final, porque o primeiro tem mais interesse no futuro dos trens?

Seria contrário aos princípios elementares da justiça argumentar que, ao ser permitido que as pessoas colocassem os seus pés limpos sobre os assentos, em breve as pessoas com os pés sujos fariam o mesmo. Mesmo se aceitássemos o

argumento como empiricamente correto, seria injusto penalizar uma pessoa pelo comportamento de outra, pois cada pessoa é responsável apenas por aquilo que ela mesma faz.

Em resumo, não há absolutamente qualquer razão conclusiva que afirme o motivo pelo qual as pessoas não devam colocar os seus pés sobre assentos desocupados, e não há qualquer base racional que previna que ajam dessa forma.

Há muitos outros comportamentos diários, impensada e preconceituosamente reprovados, sobre os quais o mesmo pode ser dito. Por exemplo, o que há de errado em jogar lixo em lugares ermos? Quem vai sofrer os danos? O horrendo efeito estético produzido não será um argumento válido, uma vez que a estética é somente uma questão de gosto e de opinião, e não uma questão de fato, ou seja, é inerentemente indemonstrável para terceiros. Mill rejeita especificamente tais bases para a proibição de qualquer coisa. A repugnância moral (cujas bases metafísicas, ou sua falta, são as mesmas daquelas do julgamento estético), mesmo que seja sempre tão forte, não pode jamais ser base de proibições. A pessoa com aversão poderá discutir, criticar e evitar a companhia da pessoa cuja conduta desaprova, mas ela não poderá buscar mudar a conduta por meio de proibições ou sanções legais. Nesse ponto de vista, é claro, mesmo a necrofilia seria permissível, uma vez que seu único dano seria o ultraje aos sentimentos daqueles que se sentem repugnados por tal comportamento; mas isso nada vale, ou se vale significa menos do que uma pena na balança.

17. A Lei da Conservação da Justa Indignação e sua Conexão com a Expansão dos Direitos Humanos

Esses argumentos são usados somente quando se verifica a remoção das restrições, é claro, nunca para estabelecê-las. Ninguém perguntaria a uma pessoa que não colocou os seus pés sobre o assento em frente por que não ela não o fez, ou começaria uma discussão para saber por que não agiu dessa forma. Os argumentos serão usados somente para se discutir a permissividade do que outrora não era autorizado, exceto (talvez) em um ou dois casos isolados, como, por exemplo, em relação ao fumo. Nesse caso, um estranho tipo de fervor moral é reabilitado, análogo ao fenômeno associado a uma das leis da termodinâmica. Teríamos então a lei da conservação da justa indignação, a qual, ao não se associar mais a uma coisa, estará associada a outra. É como se o fundo total de indignação humana tivesse um tamanho constante. À medida que proibições morais tradicionais, inibições e antigas considerações são destruídas pela crítica corrosiva da verborreia filosófica, novas proibições imediatamente aparecerão para preencher o vácuo gerado.

Num primeiro momento parecia que o tabaco causaria danos principalmente ou apenas à pessoa que fosse suficientemente tola para consumido; mas isso, é claro, não teria dado bases suficientes para assediar os fumantes. Essa percepção - alguém pode suspeitar - impeliu a organização de pesquisas que demonstrassem que fumar tabaco (mas não a maconha, pois aqui a opinião corrente caminhava em outra direção) causava danos à saúde de terceiros. Sucessivos estudos começaram a demonstrar males cada vez maiores, e chegou-se a dizer que mesmo a mobília, em ambientes nos quais havia fumantes, seria perigosa para as crianças, as quais absorveriam nocivas substâncias químicas incrustadas na madeira e no estofado. Logo, essa situação justificaria as regulamentações mais dramáticas - talvez, um dia, testemunhemos a esterilização compulsória dos fumantes (lembrem- -se de que hoje em dia a sátira se tornou profecia). O desejo de interferir na vida dos outros não fica automaticamente extinto ao se ler Mill ou ao se absorver as suas opiniões; de fato, torna-se mais intransigente no tocante àqueles objetos aos quais se associa.

Essa mudança dos objetos que se desaprovam, todavia, não foi meramente uma mudança de opinião, mas resultou em profundas alterações sociais. Ela torna tudo o que não é proibido um direito, pois obviamente a pessoa terá o direito de fazer aquilo que ninguém tem o direito de proibir. De súbito, o mundo fica repleto de direitos, e novos direitos serão descobertos todos os dias, na mesma velocidade com que as expedições dos insetologistas na bacia do Amazonas descobrem novas espécies de insetos.

E as pessoas que estão agudamente cientes de seus direitos (embora diferentes daqueles tradicionais como o direito a um justo julgamento e o direito à liberdade

contra a prisão arbitrária), e que os têm sempre presentes em suas mentes, a ponto de apelarem a esses direitos ao primeiro sinal de frustração de seus caprichos, tendem, por outras razões mais, a se tornarem egoístas radicais. A origem metafísica de seus direitos não as preocupa mais do que as origens metafísicas de sua crença na existência do Himalaia: a "localidade" de seus direitos e a do Himalaia é a mesma. Quando perguntaram a George Leigh Mallory, o montanhista, por que ele queria escalar o Monte Everest, ele respondeu, "Porque está lá". Os direitos também estão lá precisamente da mesma forma para aqueles que querem exercê-los.

Esses direitos se expandem a fim de satisfazer os egos daqueles para os quais a liberdade nada mais é que a ação desimpedida de regras. (O único bem que merece esse nome, diz Mill, é aquele de perseguir o nosso próprio bem, de nossa própria maneira).

Os direitos se expandem por dois meios. O primeiro: direitos negativos se transformam em direitos positivos. Por exemplo, o direito de uma mulher ter uma criança, no sentido de ninguém poder preveni-la caso ela assim deseje, transforma-se em direito de "possuir" uma criança de fato, mesmo à custa dos contribuintes e da sociedade. A infertilidade se torna uma afronta ou uma infração aos direitos, em vez de ser uma infelicidade fisiológica; e uma vez que existam os meios técnicos para corrigir essa infertilidade, embora caríssimos e cujos êxitos acontecem em alguns poucos casos, o acesso a esses meios se torna em si um direito, cuja negação se torna base para queixas e (ainda mais valiosos) ressentimentos. Não será preciso dizer que a discriminação contra as mulheres, sejam lá quais forem as evidências ligadas à conduta ou estilo de vida, em sua busca por um tratamento de fertilidade passará a ser vista como uma violação de seu direito de ter uma criança. Quero, portanto, tenho o direito. Nesse ditado está contido o motivo pelo qual será tão difícil a longo prazo colocar quaisquer fronteiras éticas sobre os avanços técnicos da medicina reprodutiva. O desejo é soberano, e ele governa no Versalhes das mentes. Ficamos assombrados com o feticídio praticado na Índia, mas que objeções podemos de fato levantar, uma vez que aceitamos a majestade da vontade individual?

O segundo meio pelo qual os direitos se expandem a fim de satisfazer os egos que os exigem é a negação da reciprocidade limitadora. Nesse caso, ele caminha no sentido de afirmar que um direito só pode ser genuíno se for incondicional. O direito a um julgamento justo não pode ser anulado por qualquer outra consideração, como, por exemplo, por razões de Estado. Uma vez que isso representa o arquétipo de um direito humano, não significaria que eu tenho o direito de escutar a minha música como eu quiser? E da mesma forma isso não pode ser anulado por qualquer outra consideração - por exemplo, de que o volume da música não deixa o meu vizinho dormir? Ou eu tenho um direito ou não tenho; e uma vez que eu o tenha, azar do vizinho com a sua insônia e que deseja dormir um sono profundo, antes de retornar ao trabalho pela manhã. Não será preciso dizer, meu vizinho pensa que tem um direito, igualmente incondicional, de tocar a sua música. Portanto, o subsequente conflito de direitos

poderá ser resolvido, em sua defesa, somente com o recurso à força.

Isso não é meramente hipotético, ou uma construção de minha imaginação. Em minha carreira como médico testemunhei, inúmeras vezes, pessoas severamente feridas como resultado de conflitos de direitos, assim como conheci detentos que foram levados a adotar medidas extremas em razão de seu vizinho ouvir música em altíssimo volume nas primeiras horas da manhã. Esses detentos não eram pessoas violentas por inclinação, mas uma vez que as autoridades se omitiram em seus poderes de sentença e de cumprimento da ordem, nada mais lhes restara a não ser o argumento do porrete e da faca.

18. O Paradoxo do Individualismo Radical que Conduz ao Autoritarismo

Uma filosofia que se destine a destruir a influência do costume, da tradição, da autoridade e do preconceito de fato destrói costumes particulares, como também tradições, autoridades e preconceitos específicos, mas apenas para substituí-los por outros. Tanto nesse aspecto da existência humana como em todos os outros, o novo poderá ser melhor que o antigo, mas também poderá ser pior. A melhoria tem de começar em algum lugar, o mesmo vale, contudo, para a deterioração. A filosofia - ou, talvez, a "atitude" seria um termo melhor para descrevê-la - do individualismo radical instila um preconceito profundo em favor do eu e do próprio ego, e no processo estabelece costumes que são sociais apenas no sentido de muitas pessoas os compartilharem, e também apenas no sentido de que encorajarão condutas que sobreviverão de geração a geração, caso não sejam interrompidas. A vida passa a ser concebida como uma extensão ilimitada da escolha do consumidor, uma rede em volta do supermercado existencial, de cujas prateleiras diferentes estilos de vida podem ser adquiridos, da mesma forma que se faz com os alimentos industrializados, e sem quaisquer consequências mais profundas ou significativas. Como diz uma rede de supermercado francesa, *le client est roi*, o cliente é rei, embora saibamos que, é claro, caso o cliente queira uma real ajuda ele terá grandes dificuldades para encontrar alguém que de fato o ajude. O cliente é rei, mas apenas de si mesmo.

Um radicalismo individual como esse tem outro efeito paradoxal: aquilo que começa como busca por um individualismo ampliado ou mesmo total termina com o aumento do poder do governo sobre os indivíduos. Isso não acontece pelo método totalitário de tornar compulsório tudo aquilo que não é proibido - um processo que, em toda a história humana, talvez tenha chegado mais longe na Coréia do Norte - mas ao destruir toda a autoridade moral que se coloca entre a vontade individual humana e o poder governamental. Tudo aquilo que não é proibido pela lei será, *ipso facto*, permissível. O que é legalmente permissível será também moralmente permissível. "Não há lei contra isso" tornar-se-á justificativa irrepreensível para toda sorte de condutas caprichosas e egoístas.

Isso, é claro, torna as leis e, portanto, aqueles que as produzem, os árbitros morais da sociedade. São eles que por definição decidem o que é e o que não é permissível. Todo e qualquer estigma é removido das condutas outrora moralmente condenáveis.

Considerando-se a natureza da natureza humana, não é preciso dizer que aqueles aos quais é delegado o trabalho de árbitros morais de toda a sociedade apreciam o seu poder e passam a pensar que realmente o merecem, que foram escolhidos em razão de seu *insight* especial sobre a forma como a vida deve ser vivida. Não são apenas os legisladores que sucumbem a essa tentação, mas também os juizes, e quem poderá culpamos, já que não há mais outra fonte de

autoridade coletiva? O radicalismo individual é, portanto, não apenas compatível com a radical centralização da autoridade, mas um produto dela. O indivíduo é deixado para que viva a sua vida como manda o seu capricho, mas o poder central aceitará de muito bom grado a responsabilidade e a autoridade de proteger esse indivíduo das consequências de agir dessa forma.

Se existe alguma coisa que causa dependência, essa coisa se chama poder normativo. Uma vez que se o tenha (em qualquer nível, caso a pessoa se incline a isso por temperamento), jamais se ficará satisfeito com a dose. A ausência de qualquer autoridade intermediária entre o indivíduo de um lado e o poder político soberano do outro permite que o último se insinue por entre os mais recônditos lugares da vida diária. Um poder infinito passará a pensar a si mesmo como infinitamente bom, já que se torna infinitamente responsável pelo bem-estar de seus súditos (os quais, obviamente, tornar-se-ão objetos de suas intervenções). A tomada de decisões se dividirá, então, em duas esferas: os assuntos sérios da vida são deixados sob a responsabilidade da autoridade soberana, ao passo que o indivíduo será deixado para que viva o seu movimento *browniano* em espaços cada vez mais restritos. Recentemente, por exemplo, eu queria que limpassem os vidros de casa. Eles foram limpos durante anos pelo serviço de uma dupla de pai e filho, e com o trabalho dos quais eu sempre estive mais do que satisfeito. Mas, subitamente, o governo decidiu que era excessivamente perigoso que homens subissem escadas, ao menos para um propósito tão trivial, com o resultado de eu mesmo ter que limpar as janelas, debruçando-me sobre elas da forma mais perigosa possível, e logo privando os limpadores de janela de seu sustento.

A falta de autoridades intermediárias, tais como família, igreja, organizações profissionais, etc., nos acostumou a esperar, e aceitar, o direcionamento centralizado de nossas vidas, mesmo quando resulta em absurdidades como essa. E, dessa forma, a corporatização da sociedade prossegue *pari passu* com a ampliação do egoísmo desenfreado.

19. Discriminação Racial (Por Ser Ruim) Implicará a Nocividade de Toda Discriminação

No tocante ao preconceito e às ideias preconcebidas, nada é considerado pior do que o fato de levarem à discriminação. Em meu tempo de vida, a carreira da palavra "discriminação" é um processo revelador e interessante. Em meus primeiros anos escolares, significava fazer um julgamento apropriado - estético, moral e intelectual - e os meus professores foram possivelmente a última geração de pedagogos que acreditou na inculcação dos poderes discriminativos, aos quais se atribuía a parte mais nobre do trabalho docente, de modo que alguns pupilos, ao menos, pudessem apreciar, e caso possível adicionar, as tradições e realizações mais refinadas de nossa civilização. (Eu fui muito mais refratário a essa elevação mental do que deveria ter sido, para o meu eterno mas agora impotente arrependimento.)

Correspondentemente, uma pessoa que não discriminasse, que não possuísse essa capacidade, era considerada uma pessoa desprovida de refinamento moral e de intelecto; ao se encontrar assim, essa pessoa provavelmente agiria indiscriminadamente em sua conduta. Para esses professores a discriminação era a função mais importante da mente; sem ela, a verdade não poderia ser distinguida da falsidade, a beleza da feiura, ou o bem do mal, logo, o propósito da pedagogia seria o de instilar os preconceitos corretos. No campo da estética, tudo o que é necessário para o triunfo do kitsch é que as pessoas não consigam discriminar.

Esse significado primário do termo foi alterado, a partir de então. Se alguém conduzisse um teste de associação de palavras muitos anos atrás, e oferecesse o termo "discriminação" como palavra-chave a provocar as associações, a lista provavelmente compreenderia palavras como inteligência, conhecimento, sensibilidade, poder de observação, acuidade, julgamento correto, e daí por diante. Por outro lado, esse teste produziria hoje em dia uma lista de associações completamente distinta. Provavelmente incluiria caipira, sectário, racista, homofóbico, reacionário, e (o pior de tudo) conservador. Imagens de linchamento talvez trepidassem na tela visual mental das pessoas, caso eu possa colocar dessa forma sem ofender os cientistas cognitivos.

Um dos problemas com a mudança nos significados das palavras é que as novas conotações frequentemente contaminam ou se sobrepõem às antigas denotações. Caso eu diga que sou a favor da discriminação no primeiro sentido, provavelmente serei interpretado como a realmente dizer, mesmo que sub ou inconscientemente (apesar de meus protestos para mostrar o contrário), no segundo. Seja lá o que eu disser, isso não terá a mínima importância para mim, pois outras pessoas alegarão conhecer o meu significado melhor do que eu o conheço.

Logo, o próprio ato de distinção entre o superior e o inferior, melhor e pior, mais profundo e mais raso, tornar-se-á suspeito e passará a ser evitado. Um homem que julga livros, arte, música, filosofia e ciência *sub specie aeternitatis* torna-se, então, na imaginação de muitos, alguém que participaria de multidões linchadoras, e ele odeia, teme e despreza os negros. Ele não precisará abrir a boca a respeito de questões raciais porque sua preferência por aquilo que ele acredita ser melhor, em vez de pior, ou mais elevado em vez de rebaixado, já o condena de antemão, sem a necessidade de julgamento. Ele se torna um Inimigo do Povo.

Isso não quer dizer, é claro, que a discriminação preconceituosa no segundo sentido não tenha existido e que não exista. Apenas alguns exemplos — evitarei os lugares-comuns — serão suficientes para provar o meu ponto. Negros em Moscou correm o risco de sofrer agressão, especialmente se estiverem na companhia de mulheres russas. No perímetro da cidade britânica na qual trabalho, um garoto sikh que saísse com uma garota muçulmana correria o risco de sofrer violência dos irmãos dela. Mulheres indianas à procura de um marido, especialmente ao norte do país, ainda preferem uma compleição mais clara a uma mais escura.

Nada disso é muito glorioso, e quase um número infinito de outros exemplos poderia sem dúvida ser dado. E, uma vez que esse tipo de discriminação preconceituosa tem levado às mais horripilantes eclosões de violência intercomunitária, e mesmo genocídios, muito embora por longos períodos de tempo seja compatível com a paz social, acredita-se, especialmente aqueles que se sentem compelidos a demonstrar publicamente a sua oposição ao genocídio, que deveríamos limpar as nossas mentes de toda e qualquer forma de preconceito, para que a coisa não assumisse, subitamente, tendências genocidas. (Aqui pode interessar aos leitores saber que, quando chegam aos Estados Unidos, os estrangeiros são solicitados a responder, por meio de um “xis” nos quadradinhos dos cartões de desembarque, se já participaram ou cometeram um ato de genocídio, uma questão que imagino que mesmo o mais feroz maníaco genocida teria poucas dificuldades em responder corretamente, ao menos do ponto de vista de garantir a entrada no país. A existência de um intercâmbio cultural da mente oficial talvez seja uma evidência da existência de uma natureza humana universal.)

Pessoas virtuosas por todo o mundo, ou ao menos na parte do mundo suscetível a entusiasmos morais e aos prazeres da culpa, tentam expurgar todo e qualquer preconceito de suas mentes, e saem mundo afora todas as manhãs com a mente fresca sabor de hortelã, uma tábula rasa, da qual foram eliminados o conhecimento prévio e experiência das pessoas e das coisas. É como se a vida virtuosa exigisse que se vivesse cada momento como se o mundo fosse recriado novamente, e nenhum momento tivesse qualquer conexão com qualquer outro momento - cada minuto, cada segundo, cada fração de segundo ontologicamente separados. Em certo sentido, sem dúvida, é de fato uma grande virtude reter a habilidade de se deixar surpreender novamente pelo mundo, e não ficar tão

plantado pela experiência e pelo cansaço da carne, de modo que o mundo se torne previsível e aborrecido. Mas caso encontrássemos um homem que expressasse espanto por janeiro estar mais frio do que julho (no Hemisfério Norte), e que insistisse em chamar a nossa atenção para esse fato extraordinário, tomá-lo-íamos no mínimo como um tolo, e possivelmente como um louco. O modo mais eficiente de se tornar um chato, disse Voltaire, é dizer tudo - ou seja, supor que nada pode ser dado como sabido. Um homem que não deixa nada de fora é, no final das contas, um homem que não diz nada.

20. A Rejeição do Preconceito Não É Boa em si Mesma

Aqui realmente não é o lugar apropriado para discutir se existem ou não ideias inatas, ou uma natureza fixa que torna o humano inclinado a uma coisa em vez de outra, por fatalidade biológica, por assim dizer. Fazer isso compreenderia praticamente escrever uma história da filosofia ocidental, como também de outras tradições filosóficas. Mencionarei apenas alguns pensamentos, os quais não visam a fornecer uma lista abrangente.

Sócrates, como é retratado nos diálogos de Platão, captura a verdade de seus vários interlocutores, muito frequentemente sem propor uma doutrina própria. A suposição é de que a verdade está dentro de cada um desde o começo, e não se trata de uma descoberta, como aquela em que Colombo descobriu a América, ou como uma nova espécie de sapo é descoberta na Floresta Amazônica. O filósofo é um arqueólogo do conhecimento, em vez de ser um construtor: ele desnuda as concepções equivocadas, as quais foram adicionadas desde o nascimento (uma ideia que Wittgenstein, geralmente considerado o maior filósofo do século XX, também propagava).

Talvez eu possa fornecer um exemplo de minha (admitidamente não usual) prática clínica, no sentido de revelar como o conhecimento ou a consciência podem estar implícitos. Trabalhei parte de meu tempo como médico num presídio, e às vezes os detentos me contavam - frequentemente na esperança de obter tranquilizantes, uma das moedas daquele lugar - que se descobrissem ali um estuprador ou molestador sexual eles se sentiriam obrigados a matá-lo. Parece quase uma segunda natureza humana que os criminosos sexuais, em todos os lugares, sejam objeto do escárnio dos detentos.

Perguntei a um detento que tinha me dito isso por que ele se sentia com tamanha obrigação, e o diálogo correu mais ou menos da seguinte forma:

- Porque eles interferem com as criancinhas.

- E você tem filhos? - perguntei.

- Três - ele respondeu.

- Quantas mães?

- Três - ele disse.

- E você ainda vê algum de seus filhos?
- Não - respondeu.
- Por que não?
- Porque o novo namorado dela não quer que eu veja — ele disse.
- E, provavelmente, as mães de seus filhos terão mais do que um novo

namorado nos próximos anos?
- Sim - ele disse.
- E como será que esses namorados tratarão os seus filhos?

A questão estava colocada. Embora não tenha recebido educação formal, o detento mostrou-se plenamente capaz de apreender as implicações de sua resposta. (Eu nunca acreditei muito na suposta baixa inteligência dos detentos, a qual supostamente os tornaria incapazes de compreender o significado de suas condutas, e que, portanto, os colocaria um pouco acima, do ponto de vista da responsabilidade moral, dos menores de idade.) O fato de o detento ter admitido que ele criara as condições mesmas nas quais as suas crianças provavelmente seriam abusadas, física ou sexualmente, ou ambas as coisas, e que essa admissão pôde ser extraída dele por meio de questões muito simples, para as quais ele mesmo forneceu as respostas, com pouca resistência e sem o acréscimo de novas informações, sugeriu-lhe que ele fora cúmplice na criação de exatamente os mesmos tipos de crime que ele agora desejava punir extrajudicialmente. Incidentalmente, a situação traz à luz outro aspecto sobre a visão que tem o detento sobre a eficácia e a justiça da punição. A fim de não deixá-lo desolado, eu dizia que, embora o passado não possa ser desfeito, o futuro ainda precisaria ser construído, e que ele poderia ao menos garantir que nunca mais traria ao mundo uma criança que ele abandonaria para os abusadores e molestadores infantis. De forma bastante emocionante, o detento me diria que tudo o que sempre quis foi constituir o tipo de família estável e "convencional" que nunca conhecera, e de cujas precondições ele não tinha a menor noção.

O nosso pequeno diálogo foi estabelecido para a sua própria satisfação, e revelou que a sua conduta (como também a conduta das mães de seus filhos e filhas) fora equivocada, e que, no fundo do seu coração, ele sempre soubera estar errado. Caso continuássemos o diálogo, alcançaríamos, usando o mesmo método, conclusões que seriam ao mesmo tempo óbvias e reveladoras (uma estranha combinação de qualidades). Descobriríamos que todos os anseios e desejos humanos, mesmo que simultaneamente existentes no mesmo peito, não poderiam ser mutuamente compatíveis, e que a realização de cada um deles implicaria a frustração de outro. Em outras palavras, que ter uma vida dedicada à satisfação dos prazeres sem uma contrapartida de frustração seria impossível, e que seria sempre necessário escolher entre prazeres distintos e as suas devidas e consequentes frustrações. Desejamos ao mesmo tempo segurança e aventura, mas não podemos tê-los de uma só vez, já que não é possível aventurar-se sem certa dose de incerteza, e a segurança implica exatamente o contrário. Queremos também, simultaneamente, liberdade sexual e a exclusiva possessão sexual de um terceiro, mas não podemos ter ambas, ao menos não quando outras pessoas queiram a mesma coisa, e tampouco sem uma boa dose de hipocrisia liberal, o que em algumas circunstâncias pode se tornar, se não exatamente uma virtude, então, ao menos, não tão danosa entre uma ampla possibilidade de vícios alternativos.

De qualquer forma, o detento compreendeu, sem qualquer dificuldade, que não está certo abandonar uma criança (caso alguma coisa esteja errada), e que pelo menos algumas de suas angústias advinham de seu fracasso em agir conforme esse entendimento - o qual, no sentido socrático, sempre estivera presente - de que haveria limitações inerentes à satisfação dos apetites. Ele compreenderia que querer ter tudo, e ao mesmo tempo, simplesmente não é uma possibilidade humana, e que se comportar dessa forma conduz ao desastre, tanto para o indivíduo quanto para a sociedade.

O que teria permitido que esse detento agisse conforme essa instintiva, embora sofisticada, apreciação de que o prazer não pode estar desassociado, ou que os direitos não podem ser apreciados sem os devidos deveres, senão o preconceito e as pressões sociais que lhe deram certos padrões indiscutíveis? A pressão social não é o resultado de milhares ou milhões de pessoas terem pensado ou raciocinado sobre questões envolvendo princípios primeiros, ao término das quais, por força argumentativa, chegaram à mesma conclusão. É do preconceito social que aprendemos a desenvolver virtude social. O pensamento metafísico e a reflexão chegam depois.

E claro, não há nada mais fácil do que demonstrar que o tipo de preconceito social ao qual me refiro pode por vezes, ou mesmo frequentemente, levar a terríveis manifestações de intolerância e suas decorrentes crueldades. O leitor, estou certo, poderia fornecer muitos exemplos próprios; a história do mundo, infelizmente, nos fornece um imenso material nessa questão. Mas uma coisa é dizer que este ou aquele preconceito é revoltante ou extremamente danoso, outra coisa é dizer que podemos nos virar sem absolutamente qualquer preconceito. Havia, no passado, operações cirúrgicas que causavam mais danos do que benefícios, e sem dúvida isso ainda acontece em alguns casos, mas certamente não há motivos pelos quais a humanidade devesse abrir mão das vantagens salvadoras da cirurgia por uma questão de princípio.

Como acontece com frequência, embora nem sempre, o doutor Johnson tem algo profundo a dizer sobre a questão. Nada poderia estar mais distante da sensibilidade moderna, com a sua insistência de que em cada momento, a cada cruzamento na estrada da vida, o indivíduo deva permanecer sozinho como autocriação totalmente original, do que a combinação do doutor Johnson de honestidade crua, profunda introspecção e um arraigado senso comum. Ninguém desconfiaria que faltasse individualidade ao doutor Johnson, ou que fosse tomado por um cego conformismo; de fato, seria difícil pensar num indivíduo mais distinto do que ele. Não obstante, em sua vida de Jonathan Swift, o doutor Johnson aceita a tutela da autoridade estabelecida para a tarefa de examinar a sua consciência e sua desejosa excentricidade de personalidade e de opinião.

A singularidade [escreve o doutor Johnson], à medida que implica um desprezo pela prática geral, constitui-se como um tipo de desafio a provocar com justeza a hostilidade do ridículo; aquele, portanto, que se entrega a comportamentos peculiares é pior do que os outros, caso ele não prove ser o contrário.

É importante notar que o doutor Johnson, embora conservador, não é reacionário. Ele não está sugerindo que não seja possível melhoria alguma nas maneiras e nas opiniões, ou que qualquer desvio das crenças e práticas do passado seja inerentemente repreensível. Todavia, ele levanta uma possibilidade que reformadores de muitos tipos se mostraram indispostos a contemplar: que a mudança pode ser tanto para pior quanto para melhor, e que a vontade de exibir originalidade e de julgar tudo sob a luz de uma opinião própria, sem quaisquer interferências, revela ser, mais comumente, a manifestação de um egoísmo maligno do que um desejo genuíno pela verdade ou por uma boa vida. É claro, o desejo pela verdade pode estar fundido, talvez sempre o esteja, à satisfação do ego. Não mais acreditamos no solitário, desinteressado buscador da verdade científica do Livro da Natureza, o qual se encontra desprovido de ambição pessoal, mesmo que seja apenas para imortalizá-lo (quão menos pesquisas científicas seriam publicadas caso fossem feitas anonimamente). Ainda assim, mesmo que não mais acreditemos na existência de pessoas completamente desprovidas de ego, ainda acreditamos na existência daquelas absolutamente movidas pelo ego, excluindo-se quase tudo mais.

Portanto, rejeitar o preconceito e as ideias recebidas pode ser bom, mas não é um bem em si.

21. A Impossibilidade da Mente como Folha em Branco

Muitos filósofos, e um número crescente de neurobiólogos, questionaram a teoria da tábula rasa, segundo a qual o cérebro agiria (ou num mundo ideal limpo de preconcepções e preconceitos, possivelmente poderia agir) puramente como um calculador, com base nas evidências passivamente apresentadas a ele. De fato, a tábula rasa nunca foi muito realista. Tomando-se o tamanho relativo do homem e aquele do meio ambiente no qual ele vive e lida, uma seleção para onde orientar a atenção foi sempre necessária; apenas a mente de Deus poderia participar igualmente de tudo de uma vez.

Agora, ou a seleção da atenção é aleatória ou não é. Mas a aleatoriedade diante das questões a serem tratadas é inerentemente improvável; dentre os muitos motivos, inclui-se aquele que indica as questões de sobrevivência. Se o homem não tivesse sido conduzido pela natureza a distinguir entre o rugido de um leão e som de seu próprio caminhar, seria improvável que ele tivesse alguma vez deixado a savana (ou mesmo a tivesse alcançado). Em outras palavras, o homem, como outras criaturas, deve nascer com preconceitos de facto.

É claro, esses preconceitos, *hard-wired*, na terminologia corrente - não se manifestam na forma de proposições, tais como aquelas que dizem que todos os judeus são mesquinhos e que todos os muçulmanos são fanáticos. Mesmo a análise de Kant da necessidade (isso quer dizer, da necessidade filosófica ou metafísica, não da social) de ideias a priori que não sejam meros truísmos lógicos não sugere que essas ideias operem na mente das pessoas por meio de proposições conscientemente adotadas e aceitas como verdadeiras. Essas ideias a priori, que na visão de Kant constituem uma precondição para qualquer pensamento, podem ser colocadas em forma proposicional; mas Kant nunca sugeriu que, até que ele fizesse isso, o ser humano procedera dessa forma.

Muitos outros pensadores consideraram a questão sobre as propensões ou preconceitos com os quais o Homem vem ao mundo. Adam Smith, por exemplo, que por vezes é tomado como o apóstolo do egoísmo, foi um filósofo moral antes de ser um economista político, e ele erigiu um sistema moral baseado na inerente propensão humana de solidarizar-se com os outros seres humanos. “Todo e qualquer homem”, ele afirma no início de Teoria dos Sentimentos Morais, partilha de sua empatia.

Segundo Smith, foi desse fato bruto da natureza humana - um fato afortunado, mas um fato de base, não obstante - que deriva toda a moral, em primeira instância. Ele escreveu setenta anos antes que o psiquiatra e antropólogo britânico J. C. Prichard atraísse a atenção pela primeira vez àquilo que denominou de insanidade moral (ou o que, até alguns anos atrás, era chamado de psicopatia, antes de se tornar sociopatia, desordem antissocial de personalidade, e então transtorno de personalidade antissocial, sem qualquer aumento na compreensão

real), uma condição na qual uma pessoa parece carecer fundamentalmente de qualquer empatia pelas outras, que Smith declara ser universal. Isso, todavia, teria alterado apenas sutilmente a visão de Smith, pois a insanidade moral definida por Prichard fora concebida como congênita ou adquirida em decorrência de danos cerebrais - em outras palavras, era em si um preconceito (ou ausência dele), o que demonstrava que a moral seria um fenômeno natural, e não metafísico e, muito menos, sobrenatural.

Mais recentemente, o filósofo da ciência, Karl Popper, o qual ganhou notoriedade por seu critério de falseabilidade de teorias científicas e não científicas, negou que pudesse haver quaisquer percepções pré-teóricas, muito menos afirmações. Em outras palavras, cada percepção, e cada afirmação a respeito do mundo, tinha preconceitos embutidos na natureza de pressuposições teóricas, mesmo que esses preconceitos fossem inconscientes e não reconhecidos. Na visão de Popper, tal preconceito seria sempre corrigível - embora presumidamente apenas por outra evidência que fosse igualmente carregada de teoria - mas não se poderia jamais alcançar uma verdade livre de pressuposições. Se ele estava certo ou não a respeito disso importa menos, mas de fato é como se a busca daquilo que os filósofos positivistas chamaram de *sensibilia* - os átomos elementares, indiferenciados e descaracterizados da experiência sensorial, dos quais se supunha que todo o conhecimento humano era composto - perdesse credibilidade, e estivesse hoje em dia verdadeiramente ultrapassada. Pesquisas conduzidas nas décadas de 1950 e 1960 pelos neurofisiologistas Hubel e Wiesel, no córtex visual dos gatos, estabeleceram que os neurônios se encontravam diferencialmente predispostos para reagir a diferentes estímulos no meio ambiente. Além do mais, a plasticidade neuronal declinava em razão da idade.

Mesmo que seja verdade que nascemos com certas predisposições, preconceitos, pressuposições e propensões, todavia, isso não implica que as nossas vidas estejam predestinadas ou predeterminadas, uma vez que essas características podem ser lidadas de distintas maneiras. Ninguém há de supor que a capacidade inata de uma pessoa para aprender a falar determina o que essa pessoa de fato dirá; seja lá o que for inato, isto é, não é a mesma coisa que um líquido dentro de uma garrafa, incompressível. A noção hidráulica da emoção humana há muito tempo é um tema favorito entre aqueles que negam a necessidade de autocontrole. Eles acreditam que uma pessoa não apenas nasce com uma capacidade para a violência e agressão, mas que ela tem uma quantidade fixa desses sentimentos dentro dela, que precisa ser expressa de uma forma ou de outra, antes que a pessoa imploda ou exploda. Talvez, o ponto mais alto dessa crença tenha se expressado na declaração de um homem que acabara de assassinar a sua amante: “Eu tinha que matá-la, doutor, ou não sei o que poderia fazer”.

A noção hidráulica - na propagação da qual um freudianismo de segunda classe teve sem dúvida um papel importante — ignora o efeito do hábito não apenas na exteriorização das emoções, mas na experiência real da emoção. Um homem

que habitualmente expresse cólera de forma desinibida logo se encontrará encolerizado por qualquer coisa. Aqueles que acreditam que todas as pessoas têm uma quantidade fixa de agressão dentro de si acreditam como consequência que a disseminação de um imaginário violento (em filmes e na televisão) conduziria a um declínio na violência real, uma vez que a violência dentro de cada pessoa seria descarregada (como eletricidade estática, para mudar a metáfora física) por meio de catarses. As evidências, certamente, sugerem o contrário. E verdade que adultos já completamente maduros não se tornam mais violentos em razão de assistirem a cenas violentas na tela; mas os que as veem desde pequenos estarão mais propensos a contraírem comportamento violento do que aqueles que não veem. Aquilo que se tinha como catártico é na verdade provocativo.

E claro, estamos lidando com generalizações estatísticas e não correspondências um a um. Mesmo na pior das sociedades, nem todos serão maus. Nem todas, nem a maioria das crianças, se tornarão violentas sob a influência da violência que veem nas telas. A única sociedade que conheço da qual foi alegado que quase todo mundo era irremediavelmente mau, cruel, vingativo e insensível foi a dos Ik, uma tribo de Uganda descrita no livro The Mountain People pelo antropólogo Colin Turnbull. Essa tribo primitiva - se é que ainda é permitido usar esse termo - foi forçada por uma série de circunstâncias a deixar sua terra ancestral e viver num território hostil e estranho. Como resultado, os membros da tribo se tornaram totalmente egoístas, já que passaram a se preocupar exclusivamente como sua sobrevivência pessoal. Aqui, verdadeiramente, tínhamos um mundo *hobbesia* - no, no qual a vida era uma guerra de cada um contra todos. Os filhos riam com a morte de suas mães, isso quando não eram eles a tê-las causado; pais observavam os filhos morrerem de fome com equanimidade e até satisfação. O sofrimento do outro era a maior e a única fonte de divertimento para os Ik. Turnbull, em situação incomum para um antropólogo, acabou por odiar as pessoas que estudava.

Aqui, parece, tínhamos um povo que perdera o seu preconceito e suas ideias preconcebidas sobre o certo e o errado. O resultado não foi edificante.

22. O Ideal de Igualdade de Oportunidades como Conceito Necessário para um Mundo sem Preconceito

Depois de seu falecimento, Turnbull foi oportunamente acusado de imprecisão por outros antropólogos. Talvez por estarem mais comprometidos com a ideia do bom selvagem do que ele, portanto mais inclinados ao ceticismo diante das descrições da ignomínia dos selvagens, esses antropólogos afirmaram que Turnbull não falava o idioma Ik e que, portanto, não pudera interpretar corretamente o que testemunhou. Longe de serem os monstros desumanos retratados por Turnbull, na verdade os Ik eram dóceis, compassivos e amáveis. Essa divergência de opiniões parece quase inacreditável; mas caso os críticos estivessem certos, Turnbull caluniara toda uma tribo, entre cujos membros ele alegara não ter visto um só ato de gentileza.

Mesmo como mero experimento do pensamento, todavia, ou como distopia ficcional, o livro de Turnbull é interessante e instrutivo. Como seria uma sociedade na qual as pessoas perdessem inteiramente os seus preconceitos em favor daqueles tradicionalmente chamados de os "mais queridos e próximos"? De fato, é exatamente esse o tipo de sociedade que alguns filósofos da moral recomendariam. Entre eles, o mais célebre e ainda vivo seria o professor Singer de Princeton, que alcançou proeminência internacional com o seu livro *Animal Liberation* [Libertação Animal]. Desde aí, Singer chegou a defender o infanticídio em casos selecionados, e acredita que alguns seres humanos seriamente incapacitados seriam menos merecedores de desfrutar de considerações morais e de proteção das leis do que certos animais.

Aos olhos do racionalista, as pessoas não apenas nascem iguais mas precisam ser tratadas igualmente. Esse tratamento não deve ser apenas formal - perante a lei - mas deve resultar em igualdade de resultados, pois, caso contrário, a proclamada igualdade se torna fraudulenta. Afinal de contas, é de fato inegável que em muitas situações um milionário será tratado de forma diferente, com mais consideração e deferência do que um pobretão. A única forma de garantir que uma diferença como essa não persista é assegurar que não haja mais milionários e pobretões.

Infelizmente, a diferenciação entre classes começa no nascimento ou mesmo antes. (Em prol da argumentação, realmente não importa se as sociedades se encontram divididas em classes claramente demarcadas ou se existe apenas uma gradação do mais baixo para o mais alto. Tudo o que importa é constatar a presença da desigualdade, como obviamente ocorre em todas as sociedades atuais, mesmo nas mais igualitaristas.) Existe uma tendência estatística, mesmo entre as sociedades modernas com mais mobilidade social e meritocracia, a nos informar que as pessoas terminam na hierarquia não muito longe do ponto de onde nasceram, a despeito das muitas exceções. Para os igualitaristas, então, não é mais suficiente que não haja barreiras legais ou impedimentos oficiais para a mobilidade social - em qualquer direção, é claro, embora o descenso social seja

um fenômeno menos estudado do que a ascensão. (E importante recordar que a ascensão de alguém não implica necessariamente o descenso de outro, exceto numa sociedade de cortesãos).

Os igualitaristas talvez neguem que exijam igualdade de resultados, mas eles têm a maior dificuldade de especificar exatamente qual grau de desigualdade lhes parece aceitável. Esse é o motivo pelo qual existem tantos estudos que examinam a desigualdade, seja de renda ou de outro indicador qualquer, e qualquer aumento na desigualdade será lamentado como evidência irrefutável de que uma injustiça foi cometida. Sem dúvida, esse é o motivo pelo qual nunca se vê a constatação de um aumento na desigualdade como algo a ser elogiado, ao representar um aumento na justiça do mérito, como talvez fosse o caso - não quero dizer que deva ser - se a justiça tivesse algo a ver com recompensas e penalidades pela conduta individual.

Não seria um despropósito dizer que em meu próprio campo, a medicina, instalou-se uma obsessão pela desigualdade de resultados como um bem em si mesmo. Não há semana sem que os periódicos médicos não convoquem os governos para que instituam as mais drásticas medidas contra os grupos que desfrutam de uma saúde muito melhor do que outros. Por exemplo, em países desenvolvidos como a Grã-Bretanha, a taxa de mortalidade infantil (o número de crianças por milhar de nascimentos que morrem antes de completar um ano) do setor mais pobre da população é o dobro da taxa do setor mais rico. Os adultos da classe mais rica também têm vidas mais longevas e saudáveis do que os mais pobres, e apenas metade dessa diferença é atribuída aos maus hábitos como o tabagismo. Sabendo-se que o mais fundamental dos direitos humanos é o direito à vida, decorre que uma diferença na expectativa de vida acompanhada, como sempre acontece, por diferenças de morbidade - e são pouquíssimas as doenças agudas ou crônicas às quais os pobres não estejam mais suscetíveis do que os ricos - configura-se uma situação na qual haveria a negação de um direito básico, e que, portanto, precisa ser eliminada.

Todavia, se a igualdade fosse um objetivo desejável em si mesmo, seria uma questão indiferente saber se a igualdade de expectativa de vida poderia ser alcançada com um aumento da expectativa dos pobres ou com a diminuição da expectativa dos ricos. É claro, o ódio aos ricos é uma emoção muito mais forte do que o amor aos pobres; nenhuma turba enfurecida jamais passou por uma cidade à procura dos pobres, para os quais ela daria as suas posses. Mas, seja lá qual for a amargura ou o ressentimento que possa estar escondido no coração, nenhum respeitável médico público jamais buscou promover a morte dos ricos como forma de alcançar a igualdade na expectativa de vida. O caminho é levar os pobres para cima, até o padrão dos ricos, mesmo que na prática isso signifique expropriar os ricos por meio de pesados impostos.

Recentes tentativas de se promover a plena igualdade, tanto econômica quanto social, não foram completamente felizes, todavia. De fato, essas tentativas tiveram como resultado as piores atrocidades da história da humanidade. A mais radical entre elas foi a do Khmer Vermelho no Camboja, e o Sendero Luminoso

no Peru cometeria atrocidades semelhantes, embora em escala muito maior caso não tivesse sido derrotado. É uma questão em aberto saber se, por trás do anseio por igualdade, esconde-se o anseio por poder. Tudo o que pode ser dito é que sempre que o anseio se expressa de maneira intransigente, os horrores mais atrozes advirão.

Os ideais políticos (ou ao menos nominalmente ideais) são duros de matar; as pessoas se mostram relutantes em desistir daquilo que pensaram ser um dia uma boa ideia. De modo que o ideal de igualdade foi reinventado como ideal de igualdade de oportunidades. Na vida, ninguém deve nascer com diferenças nas chances de êxito, mesmo que por um acidente de nascença. E, para que exista uma sociedade na qual haja uma real igualdade de oportunidades, a eliminação do preconceito - incluindo-se aquela em favor dos próprios filhos - será requerida.

23. A Igualdade de Oportunidades É Inerentemente Totalitária

Infelizmente, caso seja seriamente adotado e literalmente incorporado, esse ideal não será menos terrível, em suas implicações, do que a igualdade de resultados. Nenhuma reflexão profunda será necessária para perceber que os pais são, em qualidades importantes, muito diferentes entre si, e que essas qualidades tendem a influenciar os filhos, embora não se possa ter certeza de que isso de fato ocorrerá. Alguns pais serão altamente cultos e disporão de boas maneiras, ao passo que outros desprezarão as formas de realização acadêmica, as quais serão tidas como supérfluas ou coisa pior, e ainda poderão ser extremamente grosseiros. (O homem culto pode ser grosseiro, é claro, e aquele com pouca educação poderá apresentar boas maneiras).

Apesar dos avanços tecnológicos, a mente humana está além de nossa compreensão e permanece imprevisível: um pai rude não produzirá necessariamente um filho rude, como o contrário também vale. Constitui-se uma das glórias da consciência que os seres humanos sejam capazes de refletir tanto em razão de preceitos quanto de exemplos e, consequentemente, serem aptos a fazer mudanças. Muitos pacientes meus explicam o seu mau comportamento, como a violência contra as mulheres, por exemplo, pelo fato de terem testemunhado esse tipo de comportamento em casa, desde que eram crianças; outros se abstêm por horror da mesma violência contra as mulheres, exatamente pelo mesmo motivo.

Ainda assim, não dá para negar que, grosso modo, os fatos relativos ao lugar, ao momento e às condições nos quais alguém nasceu exercem efeitos sobre a vida da pessoa, incluindo-se os caminhos escolhidos. Não daria para ser de outra maneira. Caracteriza-se como um dos grandes erros do pensamento social contemporâneo, ou ao menos aquele exemplificado nas políticas governamentais, eleger o aspecto material ou econômico como o mais importante no tocante ao ambiente no qual as crianças nascem, o qual será tido como o fator que mais influenciará nas chances de vida. A ausência de certas pertenças materiais é considerada como uma terrível privação, ao passo que a imundice moral e a instabilidade emocional são atribuídas somente à pobreza material. Dessa forma, a única solução apresentada será a melhoria das circunstâncias materiais nas quais as crianças nascem, até se tornarem iguais.

Todavia, as pessoas que pensam dessa forma o fazem assim porque formularam a pergunta errada, ou porque olharam pelo lado errado do telescópio. Perguntam de onde vem a pobreza em vez de questionarem a procedência da riqueza. Da mesma forma, poderia ser perguntado como foi constituída a ignorância em relação à cirurgia cardíaca em vez de como foi gerado o conhecimento a seu respeito, como se a cirurgia cardíaca fosse uma atividade natural aos homens em seu estado mais primitivo. Ao pensar a pobreza

como realidade intrigante, mais cedo ou mais tarde chegar-se-á à conclusão de que a pobreza é causada pela riqueza. Em certo sentido, isso é verdade: um homem com um patrimônio de $ 100 milhões será relativamente pobre em comparação com outro com um patrimônio de $ 1 bilhão. Mas a riqueza enquanto tal, a conversão de uma crescente prosperidade a partir dos materiais da natureza, não pode se apoiar na pobreza. Mesmo a riqueza extraída do trabalho escravo é derivada de uma fundação de ideias, não apenas a respeito da aceitabilidade social do trabalho escravo, mas em relação a como e quais serão os bens produzidos. Ninguém teria plantado algodão, usando trabalho escravo, caso não se soubesse como fiá-lo. Mesmo no pior dos sistemas, algo que vai além da mera exploração é necessário para a produção de riquezas. Aquilo que o saque e a mera exploração podem fazer é destruir a riqueza e inibir o seu crescimento; eles não conseguirão criar riqueza, exceto para alguns indivíduos. Quando Bill Gates fundou a Microsoft, tornando-se em seguida o homem mais rico do mundo, a quem ele empobreceu? Certamente, não a mim, embora a minha riqueza seja somente uma diminuta fração da dele, mas que, não obstante, é maior do que seria sem ele.

Simplesmente não é plausível sugerir que o nosso sistema econômico, imperfeito como é, sem dúvida, se assenta sobre uma fundação de exploração e saque; no entanto, as chances de vida das pessoas são desiguais. Como isso se explica?

Na cidade britânica na qual trabalhava havia o mais óbvio e evidente fato: os filhos de imigrantes sikhs e hindus prosperavam rapidamente na sociedade. Por outro lado, os brancos pobres, com os quais por um tempo eles compartilharam as áreas urbanas empobrecidas e deterioradas, estagnavam. É claro, eles eram mais prósperos do que haviam sido no passado, mas apenas porque a sociedade como um todo se tornara muito mais rica.

Quais seriam os fatores envolvidos na diferença entre as crianças desses imigrantes, de um lado, e a dos nativos, de outro? Afinal de contas, os imigrantes chegaram com certas desvantagens. Eles eram muito pobres, ao menos para os padrões do país ao qual chegaram; e muitos não falavam o idioma, ou não o falavam bem. Não tinham habilidades profissionais e tampouco educação superior. Além do mais, não eram particularmente bem-vindos pela população em geral. Na verdade, foram impostos à população por um governo (cujos membros não teriam que viver com as consequências diárias dessa política) que os via como resposta imediata para um problema econômico particular, isto é, a falta de mão de obra barata. Gestos e mesmo atos de hostilidade contra esses imigrantes não foram incomuns. Não obstante, eles prosperaram, ao passo que a população nativa (falando em termos relativos) não. Por quê?

Eles tinham duas ou possivelmente três grandes vantagens vis-à-vis à população local. A primeira: dispunham de um forte preconceito coletivo favorável à importância da família. Esse preconceito, que estivera sob um acirrado e prolongado ataque ideológico no Ocidente, não mais existia entre os membros da população local. Ele fora substituído por outro preconceito: todas as formas de

vida familiar - uma constante rotatividade do elenco familiar - eram moral, emocional e socialmente iguais. Em geral é muito mais fácil substituir um bom preconceito por um ruim, do que o contrário, e talvez isso ocorra (falo aqui como alguém desprovido de crenças religiosas) porque o coração do homem se inclina mais ao mal do que ao bem, mais à gula do que à moderação, ao ódio do que ao amor, à preguiça e não à indústria, ao orgulho em vez da modéstia, e assim por diante.

No entanto, embora uma forte ligação com a família seja provavelmente uma condição necessária de sucesso social em grande escala (isso quer dizer não puramente numa escala individual, pois estamos falando de generalidades e não de absolutos), a força dessa associação é quase certamente insuficiente. Será necessário que as pessoas em questão também acreditem no valor do esforço e da educação, e que vivam numa sociedade suficientemente aberta, de modo que os seus esforços educacionais possam triunfar sobre os obstáculos, tais como o preconceito de terceiros. E, uma vez que uma crença tão valiosa seja tida mais em conta por certos grupos do que por outros, é provável que se trate mais de um preconceito do que de uma opinião profundamente refletida, baseada num exame cuidadoso das evidências.

Os brancos pobres tinham uma opinião diferente: viviam numa sociedade tão injusta e esclerosada que nada que fizessem poderia melhorar a sua condição ou promovê-los para cima na escala social. Não é preciso dizer que essa atitude não iria conduzi-los a um esforço construtivo. Não vou falar da natureza psicologicamente reconfortante de uma atitude ou crença como essa, ou como ela justifica e desculpa, por antecipação, o fracasso, permitindo que as pessoas encontrem acolhimento na ideia de que foram injustiçadas, e que as suas vidas teriam sido muito diferentes se tivessem mais sorte. Não obstante, é uma ideia ampla e irrefletidamente adotada.

É claro, é possível colher evidências de todos os preconceitos para explicar as diferentes trajetórias dos dois grupos, mas é duvidoso saber se alguma evidência conseguiria ou mesmo poderia impor um argumento irrefutável a seu favor, forçando o abandono dos preconceitos opostos. Uma vez que os imigrantes indianos prosperam e os nativos se encontram socialmente estagnados, ambos os grupos serão capazes de apontar as evidências de sua própria experiência em favor de sua visão de mundo.

Para quem acredita na injustiça da sociedade, será sempre possível apontar casos de méritos que não foram recompensados; da mesma forma, sempre será possível, àqueles que creem no valor do esforço pessoal, apontar casos de triunfo mesmo diante das mais severas circunstâncias. É a visão de mundo que determina a escolha das evidências, não o oposto.

Agora, caso seja aceito que uma visão de mundo herdada ou preconcebida afeta aspectos importantes do comportamento, os quais por sua vez afetam as chances de vida de uma pessoa, tanto quanto ou até mais do que a sua posição inicial na escala econômica, os que realmente acreditam na igualdade de

oportunidades concluirão que as visões de mundo também deverão ser equiparadas. E a única forma possível de se fazer isso seria ao se garantir que nenhuma criança crescesse com preconceitos distintos daqueles herdados por qualquer outra criança; isso equivaleria instilar em todas as crianças não a ausência total de preconceitos, pois isso seria impossível, mas os mesmos preconceitos. Uma empreitada como essa exigiria a adoção de métodos semelhantes aos descritos por Aldous Huxley em *Admirável Mundo Novo*. A realização de uma completa igualdade de oportunidades, o que demandaria a eliminação dos preconceitos prejudiciais, necessitaria de uma ditadura totalitária mais terrivelmente pormenorizada do que qualquer outra já vista. Tornaria a realização da igualdade de resultados, ao menos em termos materiais, algo parecido com um exercício em liberdade.

Não constitui objetivo insensato ou impossível estabelecer uma sociedade na qual ninguém se veja negado de oportunidade em razão de barreiras formais; mas uma sociedade tão livre de preconceitos de modo que não seria permitido aos pais se preocuparem mais com o bem estar de seus próprios filhos do que com o de qualquer outra pessoa, e que realmente não sentissem essa preocupação, implicaria a instauração de um horror que está além dos poderes de descrição. O preconceito é necessário para a manutenção da mais elementar decência.

24. A Completa Rejeição da Autoridade É Egoísmo

O ideal de uma vida sem preconceitos, estereótipos, preconcepções e autoridade preexistente é, não obstante, considerado apropriado, de fato algo nobre. Nesse sentido, a nossa própria autoridade moral sobre tudo deveria constituir o nosso mais alto objetivo. Essa ideia não é nova. No meio do século XIX, o romancista russo Ivan Turguêniev cunhou o termo niilismo para descrever essa postura. Em Pais e Filhos, publicado em 1861, o personagem Yevgeny Bazárov rejeita toda e qualquer autoridade ou crença herdada, e favorece somente aquelas coisas que pode provar com os próprios olhos ou deduzir de fatos que conhece.

Bazárov é um novo tipo de homem na Rússia. Pela primeira vez na história russa, a educação universitária está se espalhando para além do restrito círculo da alta sociedade e da aristocracia. Bazárov, um estudante de medicina, acredita na ciência e em nada mais. Ele faz uma visita à casa dos pais de seu amigo e discípulo, Arkady Kirsanov, os quais são pequenos e abastados proprietários de terra. O tio de Arkady, Pavel Kirsanov, é um aristocrata da antiga escola, o qual antipatiza de cara com Bazárov.

> - E esse senhor Bazárov, o que ele é exatamente? - ele [Pavel Kirsanov] inquiriu deliberadamente.
> - É um niilista — respondeu Arkady.
> - O quê? — perguntou Nikolai Petrovich [o pai de Arkady e irmão de Pavel].
> - Um niilista — disse Nikolai Petrovich. - O termo vem do latim, nihil, nada, eu imagino, o termo deve significar um homem que […] que não reconhece nada?
> - Digamos… que não respeita nada - colocou Pavel Petrovich […]
> - Que olha criticamente para as coisas - observou Arkady.
> - Mas não é exatamente a mesma coisa? - perguntou Pavel Petrovich.
> - Não, não é a mesma coisa. Um niilista é uma pessoa que não adota um princípio de forma irrefletida, pouco importa o quanto seja reverenciado.
>
> Mais adiante no romance, o tio, Pavel, interrogará tanto Arkady quanto Bazárov:
> - Não consigo entender […] como conseguem rejeitar o reconhecimento de princípios e de preceitos escapa a minha compreensão. Quais outras bases de conduta para a vida temos?
> - Já lhe disse, tio, que não reconhecemos qualquer autoridade - Arkady interpôs.
> - Baseamos nossa conduta naquilo que reconhecemos como proveitoso - Bazárov prosseguiu. - Nestes dias, nada se mostra mais proveitoso do que repudiar… de modo que repudiamos.
> - Tudo?

- Tudo.

Bazárov terá um final infeliz: ele pega tifo de um camponês que morrera da doença, e no qual realizou uma autópsia desnecessária. Ele morre antes de realmente compreender a aridez de seu chamuscado materialismo diante da vida.

A atitude de repúdio de Bazárov - o que suponho que em outros tempos seria chamada de soberba espiritual - é hoje, se não um fenômeno de massa, ao menos um que está bastante disseminado. Eu experimentei um momento particularmente revelador desse tipo de repúdio durante um voo da Inglaterra para Dublin. Ao meu lado, sentou-se uma jovem funcionária pública irlandesa, a qual notou que eu lia um livro famoso, *Obedience to Authority* [Obediência à Autoridade] de Stanley Milgram, o famoso psicólogo social norte-americano que morreu jovem, em parte ao recusar alterar os seus hábitos de vida. Em seu livro, Milgram descreve os experimentos que conduziu a fim de demonstrar que as pessoas comuns eletrocutariam, sem qualquer outra compulsão a não ser a presença de uma figura supostamente de autoridade, um completo estranho. A funcionária me disse que ao ter crescido na Irlanda sob a tutela de ferro da Igreja Católica, colocava-se contra qualquer forma de autoridade.

- Todas as formas? - perguntei.

- Todas as formas - respondeu. Ela ostentava precisamente a "indescritível compostura" que Turguêniev diz emanar de Bazárov.

- Então você não se importará - perguntei - se eu for agora à cabine de comando deste avião e assumir os controles?

Isso passou a ser (acredito que por ser uma questão de vida e morte para ela) uma questão completamente diferente. A autoridade do piloto se baseava em conhecimento, experiência e apropriada certificação.

> - E quem - perguntei - certifica o conhecimento e a experiência do piloto?

A resposta era óbvia: pessoas com ainda mais conhecimento e experiência. Mas certamente, perguntei, isso acabaria levando a uma regressão infinita que, neste nosso mundo imperfeito, teria de parar em algum lugar? É claro, o Estado havia considerado tudo isso e decidido quem constituía a autoridade competente. Mas de onde o Estado recebia a sua autoridade? De nós, o povo, é claro. Mas quem nos deu, a nós, o povo, autoridade? Bom, está inscrito no Livro da Natureza. Mas, assim sendo, como é que isso foi descoberto tão tarde na história da humanidade? Como isso escapou de pessoas como Shakespeare, Newton, Bach, os quais eram no mínimo tão dotados quanto nós?

Essas eram questões profundas para um voo curto. Mas ficou claro para mim

que aquela pessoa que se dizia contrária a toda e qualquer autoridade era, na verdade, somente contrária a algumas autoridades, aquelas de que desgostava. A autoridade que ela realmente respeitava, é claro, era a sua.

25. Preconceito, um Requerimento da Benevolência

O desejo ou imperativo moral para se viver sem preconceitos ou estereótipos se tornou amplamente disseminado. Estereótipos negativos, em particular, dão origem a sentimentos de culpa. Ninguém se preocupa com o preconceito que sugere, automaticamente, que senhoras com artrite e cabelos azulados provavelmente não nos roubarão na rua.

São os estereótipos negativos que nos incomodam, e provocam turbilhões em nossos pensamentos. São tantos os estereótipos que se mostraram falsos, aviltantes e cruéis, e que foram usados como justificativa para toda sorte de injustiças e barbáries, que a própria ideia de estereotipar qualquer grupo negativamente foi desacreditada. Não faz muito tempo, os chineses eram considerados por muitos ocidentais como uma sociedade atolada na letargia, com uma natureza tão mentalmente torpe que nunca sairiam do atraso. Agora, caso se diga algo a respeito, o preconceito deu uma guinada de 180 graus. Os chineses trabalham tão duro que dormem poucas horas e têm mais chances, em razão de seu melhor equipamento mental e determinação de ferro, de terem êxito em dominar o mundo no próximo século.

O médico e cientista britânico Ronald Ross, descobridor da transmissão da malária pelo mosquito (o que lhe rendeu um prêmio Nobel), também era poeta. Em seu retorno para a Índia, onde nascera, depois de sua qualificação como médico em Londres, ele escreveu essas melancólicas linhas:

> Here by my lonely watchtower of the east
> An ancient outworn race I see […]
> (“Aqui, de minha solitária sentinela leste /
> Desgastada e antiquada raça vejo […]”)

Não creio que alguém escreveria uma coisa dessas hoje em dia, não importando o quanto isso parecesse verdadeiro na época, e para um homem tão inteligente quanto Ross. A índia, como colocou Nehru, despertou para uma nova liberdade, e o resto do mundo teve motivos para levar a sério as consequências econômicas desse fato.

O preconceito de Ross, todavia, não se mostrava incompatível com a sua benevolência e humanidade. Depois de realizar esforços hercúleos em condições que hoje causariam processo judicial, no dia em que Ross fez a observação decisiva que estabeleceu a transmissão da malária como causada pelo mosquito, ele se sentou para escrever outro poema, muito comentado, embora frequentemente escarnecido e considerado como poesia burlesca:

> I know this little thing
> A million lives may save.
> O Death, where is thy sting?
> Thy victory, O Grave?
> ("Eu sei uma coisa/Pode salvar um milhão de vidas/Oh Morte, onde está o vosso ferrão?/Vossa vitória, Oh Túmulo?")

A medicina tropical no contexto colonial ou melhor imperial (nunca houve mais do que alguns milhares de britânicos na índia britânica) tem sido frequentemente considerada nada mais que uma forma de controle político, mas fica claro, no poema de Ross, que ele não pensava que a sua descoberta beneficiaria sobretudo os seus conterrâneos, e certamente não duvidava que poder salvar milhões de vidas representava uma coisa boa. O seu preconceito não excluía a benevolência.

Em meu trabalho clínico na Inglaterra, conheci uma grande quantidade de pacientes que ou foi vítima ou algoz de crueldades terríveis. E claro, eu viajara por muitos países que estavam em plena guerra civil, e já sabia alguma coisa a respeito da desumanidade do homem para com o semelhante, mas nada me preparara para o nível de violência extrema, nas relações pessoais, que encontrei num país que gozava de um sustentado crescimento econômico e de uma prosperidade sem precedentes.

Determinadas políticas do Estado haviam contribuído para a criação desse microuniverso hobbesiano que testemunhei, como por exemplo a eliminação da própria ideia de escassez pela política de bem-estar social, promotora de benefícios. Mas nem mesmo a mais feroz crítica dessas políticas poderia sustentar que o comportamento que testemunhei fora provocado pelo governo, e muito menos por ele exigido. O que eu via confirmava o que acontece com a conduta humana à medida que a exigência para se conformar às restrições sociais herdadas não mais existe, quando tudo é deixado ao capricho dos indivíduos, inclusive o seu comportamento. O resultado é um inferno urbano.

26. Os Terríveis Efeitos Sociais ao se Abandonar Certos Preconceitos

Frequentemente, como mencionei, eu era consultado por mulheres que haviam sido abusadas por homens. Não quero dizer algumas poucas mulheres, mas milhares delas. Também fui consultado por milhares de homens que sofreram abusos de mulheres, assim como por mulheres que abusavam de homens (por abuso, quero dizer um tipo de violência que se cometida em público conduziria à processo judicial e sentença de prisão). Conheci mulheres que foram algemadas em prateleiras ou que foram arrastadas pelo cabelo escada abaixo, ou que tiveram os ossos dos antebraços "estalados" como eles costumam dizer, e que foram suspensas das sacadas pelos calcanhares.

Pode ser dito, é claro, que nada disso seria novidade: violência doméstica, especialmente contra mulheres, é um fator constante na humanidade. Um velho provérbio russo sugere que um homem que não bata em sua mulher não a ama (e é a mulher que o cita). Existe, não precisaria destacar, um erro de lógica nesse ditado: se batemos apenas naqueles com quem nos importamos, então não nos importaremos com aqueles em quem não batemos. Mas do outro lado da Europa, na Inglaterra, existe um ditado tradicional que diz: "Um cão, uma mulher, uma amendoeira,/Quanto mais apanham melhor se tornam". (No original, "A dog, a woman, a walnut tree,/The more you beat them the better they be")

A questão, todavia, não é se um fenômeno, como por exemplo roubo ou homicídio, sempre existiu, mas se, mesmo que tenha existido, aconteceu com maior ou menor frequência. E há sérios motivos para se supor que o tipo de violência cujas vítimas e perpetradores conheci aumentou, ao menos na Grã-Bretanha.

Em primeiro lugar, o motivo mais comum para esse tipo de violência, pelos menos hoje em dia, é o ciúme sexual. Com o colapso de uma estrutura socialmente aceita ou certo script da relação entre os sexos, esse tipo de ciúme cresceu marcadamente, eu diria dramaticamente. A ideia propagada por intelectuais que se enervam com as frustrações de suas próprias existências - como se essas frustrações pudessem ser inteiramente eliminadas da existência humana - sugere que, uma vez livres de todas as obrigações sociais, contratos, costumes, considerações econômicas, senso de dever, e todos os outros fatores "externos" a elas, as relações entre os sexos seriam exclusivamente governadas pela afeição mútua - e, caso minguassem (ou crescessem com um objeto diferente em vista), seriam resolvidas de forma simples e amigável, seriam racionalmente dissolvidas, sem recriminação de ambas as partes. Essa foi uma ideia irrealista, para dizer o mínimo. Ficou provado ser muito mais fácil remover as restrições sexuais do que superar o desejo de cada indivíduo pela exclusiva possessão sexual do outro; e não é preciso muito esforço de imaginação para entender esse resultado, mesmo que preferíssemos fingir o contrário.

Isso não quer dizer que houve um tempo em que não havia ou mesmo havia poucas irregularidades sexuais (a nossa literatura seria de fato bastante modesta sem essas coisas), mas apenas que tinham de ser vividas na maior discrição possível, com seguidos esforços de ocultamento. Nessas circunstâncias, paixões súbitas ou irresistíveis arrebatamentos sexuais não privavam automaticamente as crianças de um de seus pais e poderiam, assim que terminassem, retroceder para as brumas do tempo. Era compreendido que os sentimentos e as inclinações nem sempre caminhavam de mãos dadas com as obrigações morais e sociais.

A revolução sexual, depois da qual todos estariam supostamente sexualmente realizados o tempo todo, sem um momento de folga, por assim dizer, privou as pessoas dessa compreensão instintiva, a qual fora o resultado da ação do preconceito social que incutia a necessidade de se colocarem restrições. Em vez disso, agora a vida passaria a ser um livro aberto, com nada escondido de ninguém. O comportamento furtivo e sua resultante dissimulação e hipocrisia teriam de ser expulsos do repertório humano. Honestidade e autenticidade seriam tudo.

A realidade, ao menos na área da cidade na qual trabalhava, mostrou ser bem o contrário. A combinação de predação sexual com uma insistência obsessiva na fidelidade do parceiro ou parceira sexual levou à eclosão de processos de violência doméstica em toda parte. Uma vez que temos a tendência de acreditar que as pessoas ao nosso lado não são muito diferentes de nós, depreende-se que, ao sermos sexualmente predatórios, acreditaremos que esse tipo de comportamento é a norma, e o veremos praticado em aberto; não é por acaso que cairemos presa do monstro de olhos verdes, o ciúme. Sem dúvida, ao acontecer de outra pessoa olhar de relance nossa atual "amada" nos sentiremos ameaçados; e uma vez que a prevenção é melhor do que a cura, dar-lhe-emos um profilático murro na cara.

Essa violência não é gratuita no sentido de não ter função, propósito ou razão, pois há uma razão mesmo que não esteja articulada. Vamos deixar de lado os prazeres e satisfações intrínsecos da crueldade e da brutalidade, que cada garoto que já arrancou as asas de uma mosca (alegadamente para descobrir algo de sua fisiologia) sabe muito bem do que se trata; a violência doméstica sobre a qual tomei conhecimento em minha prática médica apresentava todas as características, exceto no aspecto de um pensamento consciente, de uma política bem considerada.

Como um homem que viva num ambiente sexualmente promíscuo, no qual um encontro casual entre um homem e uma mulher pode gerar, a qualquer momento, uma ligação sexual, assegurará a fidelidade sexual de sua mulher, a não ser com argolas de ferro? Esse é o problema dele, porque sabe que seus encantos intrínsecos, seus méritos e atrações são mínimos, ou de qualquer forma, não maiores do que aqueles de milhares de outros homens à volta.

Nessas circunstâncias, desde as primeiras horas do dia, é melhor preencher a vida de sua amada com pensamentos sobre ele e nada mais do que pensamentos

sobre ele. Afinal de contas, se ela estiver pensando nele o tempo todo, não estará com a cabeça no vizinho. Melhor, então, negar o contato dela com outras pessoas, incluindo a sua própria família, telefonar-lhe a qualquer momento para que saiba que está sob uma constante vigilância (que benção são os telefones celulares para os ciumentos!). Ele permitirá que ela saia de casa apenas por períodos mínimos, e exige que retorne em horários fixos. Atrasos, mesmo de alguns segundos, tornam-se crime imperdoável. Ele a denigre e a chama de feia, de modo que ela deverá se sentir afortunada por ter encontrado um parceiro tão esperto, forte, bonito e protetor, disposto a desconsiderar os muitos defeitos dela. E, finalmente, se tais procedimentos não se mostrarem suficientes para mantê-la na linha, então teremos violência.

Para que a violência produza um efeito máximo, deve haver a menor previsibilidade possível. Tem de ser aleatória, espontânea e insensata, sobre qualquer coisa, mesmo aquelas coisas que indicam o oposto de supostos defeitos ou faltas deverão provocar violência. Resumindo, tem de ser arbitrária.

Existem motivos para isso. Essa arbitrariedade não é em si arbitrária, mas caso seja, ou pareça ser arbitrária, pode continuar indefinidamente. Mais importante, caso seja arbitrária, a vítima passará intermináveis e infrutíferas horas tentando descobrir o que provoca a violência e como ela poderia ser evitada. Isso significa que ela estará preocupada com ele, excluindo-se todo o resto, o que é precisamente o que ele deseja. A tarefa que ele designou a ela - descobrir um padrão onde não existe nenhum - é intrinsecamente impossível; caso ela chegue a uma conclusão, será a de que há algo de errado com ele, que ele é doente e, portanto, alguém que precisa ser cuidado e não maltratado, alguém semelhante a um epiléptico (embora frequentemente exista um padrão na ocorrência das convulsões). Se ele está doente não poderá, por definição, ajudar a si mesmo; ele precisa de ajuda. Como dizem geralmente as vítimas, “Acho que ele precisa de ajuda, doutor”.

Uma das coisas interessantes a respeito dos perpetradores é que frequentemente eles nem sequer tentam esconder o seu caráter; de fato, eles chegam mesmo a propagandeá-lo, e logo no início de seus relacionamentos.

Em muitos casos, para eles seria desnecessário fazer isso, pois a sua reputação os precede. Por exemplo, recentemente me foi pedido para que eu fizesse um relatório sobre um homem ciumento que esfaqueara a sua amante quase até a morte. No testemunho escrito a vítima dizia que, antes de sair com ele pela primeira vez, ela já ouvira coisas ruins a respeito dele - isto é, que ele era um criminoso violento, bêbado, viciado em drogas e com histórico de bater em mulheres - mas que ela o aceitou mesmo assim.

O seu pesar pelo que fizera, a sua declarada aflição sobre o próprio comportamento, o arrependimento após suas explosões de violência, suas promessas de não mais fazer, suas flores e chocolates compensadores, e sua busca por auxílio médico para “tratar de sua violência”, como se a vítima real fosse ele, fazem parte do plano - isso se algo que não se mostra completamente

consciente pode ser chamado de plano. Essas ações têm o intuito de demonstrar a ela que no fundo ele é uma boa pessoa, que nunca teria agido como um porco se algo semelhante a um espírito mau periodicamente não o possuísse e o transformasse num brutamonte maligno. "Quando ele está bem, doutor, ele é muito legal": quantas vezes tive que ouvir isso. Caso ele fosse sempre legal, é claro, ela teria tempo para pensar em algo, ou, pior ainda, em alguém melhor, outro que não ele; no mundo no qual vivem vítimas e perpetradores, o homem ou a mulher que comete adultério em seus corações em breve o cometerá de fato.

Seja ou não uma questão de reputação, homens assim não visam a disfarçar o seu caráter. Eles se vestem e se comportam de maneira agressiva, e poderão estar tatuados com iconografias da ameaça. Caso você os visse vindo em sua direção na penumbra, você cruzaria para o outro lado da rua.

Se aquilo que são está escrito e por vezes literalmente por todo o corpo, por que as mulheres não notariam esses sinais? Não é o fato de elas serem ingênuas ou inexperientes, pois muitas delas já passaram antes por homens parecidos (algumas podem pensar, como resultado de sua experiência, que não exista outro tipo homem). Deixando de lado a excitação do perigo, que ao menos nos preserva do horror de um *ennui* existencial, a resposta oferecida por muitas dessas mulheres é que não seria justo tirar conclusões apressadas, julgar contrariamente, estigmatizar ou estereotipar.

Elas aceitaram, talvez sem o saber, o preconceito moderno contra o preconceito, um preconceito que, no caso delas, poderia tê-las poupado de espancamentos e por vezes da morte. O argumento que elas aceitam caminha mais ou menos na seguinte linha: a observação de homens que se vestem e se apresentam de determinada maneira e que se tatuam pesadamente sejam homens maus é, no melhor dos casos, uma generalização grosseira, a qual provavelmente resulta de um viés de classe. Nem todos os homens que bebem muito, isso quer dizer mais do que os puritanos que nos adulam e que nos intimidam, são homens maus; portanto, um homem *x* que beba demais possivelmente não é um homem mau. Não se deve julgar um livro por sua capa, dizem (por experiência própria, um ditado que não é sábio nem na livraria); fazer isso conduz, ladeira abaixo, a Auschwitz. A única coisa ética a se fazer nessas questões, portanto, é a pessoa seguir as próprias inclinações, isso quer dizer, ter sexo no momento em que for oferecido, e não emitir julgamento antes de ir morar junto. Somente então a mulher poderá estar segura de que não estará sendo preconceituosa ou não estará fazendo juízos, mesmo que isso signifique um nariz quebrado e crianças permanentemente aterrorizadas.

27. A Inevitabilidade de Mandamentos dos quais uma Justificação Não pode Ser Provada

A necessidade de se compreender tudo à medida que as coisas chegam, de nada aceitar a não ser que se possam traçar os primeiros princípios, os quais serão descobertos ou inventados por cada um, é o grande presente da *intelligentsia* para as classes baixas. Os resultados não são difíceis de imaginar, e podem ser observados em primeira mão em muitos lugares do mundo, especialmente em suas partes ricas.

Na prática, é claro, é muito difícil não aceitar absolutamente nada com base na autoridade. O biólogo Richard Dawkins, em seu livro *The God Delusion* [Deus, um Delírio], cita com aprovação um dos novos Dez Mandamentos, com os quais um ateu esperançoso deseja substituir os antigos Dez Mandamentos. Entre os novos mandamentos temos: a) teste todas as coisas; sempre cheque as suas ideias contra os fatos; e esteja pronto a descartar mesmo uma crença estimada, caso os fatos não se conformem a ela; b) forme opiniões independentes com base em sua própria razão e experiência; não permita ser guiado cegamente por outros; c) questione tudo. Esse já é, há muito tempo, o suposto objetivo e o papel dos intelectuais. O escritor negro norte-americano James Baldwin, em seu *Fire Next Time* (Da Próxima Vez, o Fogo), aconselha o sobrinho a “não acreditar na palavra de ninguém — mesmo na minha”. Essa é uma injunção paradoxal que, caso seja adotada literalmente, levaria um sujeito à loucura.

Alguém vive ou alguém já viveu sob esses mandamentos? Em primeiro lugar, existe a suposição de que os fatos falam por si e que resolverão todas as questões que precisam ser resolvidas, incluindo-se as questões de crença. Na verdade, nem sequer resolverão todas as questões factuais. Apresenta-se como busca de uma perfeição impossível que as pessoas devam acreditar nas coisas precisa e exclusivamente no mesmo grau de convicção que seria conferido por evidências que elas mesmas teriam. Existiria uma única pessoa na história do mundo, mesmo o filósofo Bertrand Russell, um constante admoestador da convenção, que viveu dessa forma? Acredito tão fortemente, quanto acredito em qualquer fato histórico, que uma batalha ocorreu nas proximidades de Hastings em 1066. Acredito tão piamente nesse fato porque ele me foi dito durante a minha vida inteira, foi a primeira data histórica que aprendi, e ninguém jamais a negou. Mas se alguém me questionasse, “prove-me que a batalha de Hastings aconteceu em 1066”, o que eu responderia? Caso eu apontasse para uma fonte secundária, meu interlocutor responderia, com justiça, que meu argumento se baseava na força da autoridade. Caso eu apresentasse a ele inumeráveis fontes, nenhuma das quais contraditória à primeira fonte, ele ainda assim poderia responder-me, e com justiça, que se tratava de um argumento de autoridade, e que não se pode checar a acuidade de uma matéria no *The New York Times* comparando-a com outra cópia da mesma edição. Se eu respondesse que as fontes secundárias são

certamente confiáveis, ele perguntará como sei que são confiáveis, pois há a possibilidade de não serem, pode ser que todas estejam colocadas em sucessão apostólica, por assim dizer, em função de um erro original. Segundo os *Novos Mandamentos*, devo questionar tudo. Caso não o faça, não serei um ser racional, mas uma vítima do preconceito e da superstição.

Ah, respondo, poderia checar as fontes secundárias diante das fontes primárias. Meu interlocutor consente graciosamente por deixar a questão de lado se de fato as fontes primárias seriam sempre guias confiáveis sobre o que realmente aconteceu, e como distingo os casos que seriam dos que não seriam; em vez disso, ele me convida a demonstrar, por meio das fontes primárias, a ocorrência de uma batalha nas imediações de Hastings em 1066. Na verdade, não posso, respondo; mas estou confiante de que, caso dedicasse tempo suficiente para o desenvolvimento das habilidades necessárias, por exemplo, a capacidade de ler os documentos da época, eu seria capaz de fazê-lo, ou ao menos encurtar as fronteiras de minha aceitação da autoridade. É claro, de fato não estou preparado para fazer isso, pois tomaria o resto de minha vida para provar o que já sei - isto é, que houve uma batalha nas cercanias de Hastings no ano de 1066. Mas esse é precisamente o meu ponto, diz o meu interlocutor, o seu conhecimento sobre a batalha de Hastings baseia-se única e exclusivamente na autoridade, e você fracassou em esgotar as questões, fracassou em testar o seu suposto conhecimento à luz de sua própria experiência e razão, deixou-se levar cegamente por terceiros. Portanto, você é forçosamente um crédulo; agora vamos aos tratados de Nerchinske à batalha de Adrianopla, a fim de testarmos as fundações de seu conhecimento sobre esses alegados acontecimentos.

Creio que não seria difícil provar que grande parte de nosso conhecimento (ou aquilo que o autor dos *Novos Dez Mandamentos* poderá chamar de superstição) é conhecimento por autoridade. Desejamos realmente ser como os jovens habitantes dos cortiços britânicos, os quais respondem, quando perguntados a respeito do nome de um primeiro- -ministro britânico que não seja o atual e a senhora Thatcher (mesmo aqueles que sofrem de Alzheimer se lembram da senhora Thatcher), “Eu não sei, ainda não tinha nascido”?

Será que alguém viria a sugerir que os alunos de medicina devessem recapitular, em seu treinamento, toda a história da medicina, e solicitados a demonstrar a si mesmos as verdades da ciência fisiológica, a qual se apoia num imenso edifício de autoridade e sofisticada inferência? Não se apresenta como uma das grandes glórias de nossa civilização que um homem com habilidades moderadas possa - talvez deva - saber mais que os grandes cientistas e sábios do passado? Ele vê mais longe por estar sobre os ombros de gigantes, e não porque ele impertinentemente questionou tudo o que alcançou. O homem médio das ruas acredita na existência dos vírus, e é bom que acredite, embora, se lhe pedirem que prove a sua existência, ele não seja capaz de se valer de uma única linha investigativa que o leve a tal prova.

Um mandamento, mesmo do tipo propagado pelo professor Dawkins, é um mandamento, não um convite ao debate. E se a maioria de nosso conhecimento

factual sobre objetos particulares se funda na confiança e na autoridade - pois não é dado a nenhum homem, não importa quão brilhante seja, a condição de viver tempo suficiente para ser infinitamente investigador - por que seria diferente em relação à dieta dos julgamentos morais e estéticos? Citarei apenas o que Hume disse, pois em minha opinião ele apontou para uma dificuldade que ainda não foi satisfatoriamente superada.

Em cada sistema moral, com o qual até agora me deparei, sempre observei que o autor procede por um modo de raciocínio e [...] faz observações referentes aos assuntos humanos; quando, de repente, fico surpreso em descobrir que em vez da usual articulação das proposições é e não é não mais encontro qualquer outra que não esteja conectada com um deve ou não deve.

Em outras palavras, nenhuma afirmação de valor pode ser derivada da lógica de qualquer afirmação de fato. Houve tentativas engenhosas de demonstrar que Hume estava enganado, por exemplo, a significativa demonstração do professor Searle, o filósofo norte-americano da linguagem e da mente, e que é sem dúvida um dos maiores filósofos vivos, de que uma promessa implica por definição uma obrigação. Mas será realmente verdade que devo matar alguém porque, num momento de loucura, prometi fazer tal coisa?

28. Mesmo na Ausência de Princípios Metafísicos Inatacáveis o Exercício do Julgamento É Inevitável, Portanto os Preconceitos são Necessários e Salutares

Mesmo que não seja possível derivar uma afirmação de valor de uma de fato, é necessário e inevitável que façamos afirmações de valor. Não podemos viver num mundo *gradgrindiano*, composto somente de fatos. Ninguém toma ou tomaria a injunção do senhor Gradgrind em Hard Times [Tempos Difíceis] de Dickens como projeto de vida: "Agora, o que eu quero são fatos […] na vida, somente os fatos são desejáveis".

É claro, existem aqueles que supostamente adotam a regra de não fazer julgamentos como posição filosófica, mas eles o fazem porque acreditam que devem proceder dessa forma, ou seja, eles fazem precisamente o tipo de julgamento que alegam não fazer. O motivo pelo qual abjuram tal julgamento é que o próprio termo se tornou sinônimo, psicologicamente, se não no sentido dicionarizado, de intolerância e censura, e nenhuma dessas duas qualidades se apresenta como atraente, particularmente num mundo no qual as pessoas convivem lado a lado com todo tipo de gente. Isso dá origem àquilo que alguém poderia chamar de censura de segundo patamar, ou metacensura: isso quer dizer, a censura que se impõe sobre a censura. (Nunca vou esquecer o sorriso beatífico que brotou da boca de uma paciente, como a brisa a acariciar os campos, quanto pedi que descrevesse o seu caráter: "Não julgo", ela respondeu, depois de remoer o seu vocabulário autocongratulatório. Estranhamente, a complacência moral revela ser a consequência natural de ter como ideal não fazer juízos.)

Na prática, todavia, ninguém vive ou poderia viver sem julgamentos estéticos e morais, e refiro-me àqueles que não podem ser meramente deduzido dos fatos. É fato que o artista e arquiteto franco-suíço Le Corbusier quis derrubar todo o centro de Paris a fim de erigir suas simples formas geométricas em fileiras *à la* desfile de Nuremberg (e ele tinha os mesmos planos para Buenos Aires e para o Rio de Janeiro); e caso alguém resolvesse dizer que aquilo que ele propunha construir seria superior àquilo que seria demolido, não seria possível apontar qualquer fato decisivo ou série de fatos que forçasse essa pessoa a recuar ou mesmo reconsiderar. Sempre que digo que Le Corbusier foi um dos maiores monstros do século XX, um século com uma competição acirrada nesse quesito, alguém responderá que o Barão de Haussmann também mandou pôr abaixo boa parte da Paris de sua época. Sim, respondo, talvez o bom barão não tivesse muita consideração pelos desejos de muitos parisienses de seu tempo, mas ele não interferiu na vida deles a troco de nada. Até hoje, um apartamento que se localiza num prédio haussmaniano usa esse fato como um elemento de valorização para venda; haveria algo semelhante para um equivalente de Le Corbusier?

Bom e ruim, bonito e feio, estão construídos na estrutura mesma de nossos

pensamentos, e não podemos eliminá-los, não mais do que podemos eliminar a linguagem ou um sentido de tempo. Mesmo o mais estrito darwinista, do qual Richard Dawkins talvez seja o representante mais eloquente e enérgico, poderá evitar os reinos do julgamento moral e estético. Dawkins escreve claramente e por vezes de modo elegante; é evidente que ele escolheu as suas palavras com grande cuidado. Ele pode responder que faz isso simplesmente porque, de fato, uma prosa clara e elegante persuade melhor do que uma que seja opaca e feia; não apenas isso é incerto como observação empírica (ele próprio é um crítico feroz e com razão de certa opacidade literária francesa, a qual durante um tempo foi admirada e imitada por todo o mundo anglo-saxônico), mas é inverdade no caso de seu próprio gosto e erudição literária, em que ele demonstra um sentimento profundo pela beleza das palavras.

Retomando, ele poderá argumentar que a fluência verbal é uma grande vantagem para se encontrar uma companheira biologicamente superior, no sentido de alguém que seria mais competente nas tarefas maternas que garantam a preservação dos genes do pai; mas mesmo uma explicação forçada como essa não lhe diria se Blake era ou não um poeta melhor do que Byron, e por quê. As crianças dos partidários de Blake estariam em vantagem de sobrevivência sobre as crianças dos partidários de Byron? O fato é que a explicação evolucionária da faculdade estética (não mencionarei o pavão nessa conexão) cai na mesma infração da objeção de Hume, como acontece a qualquer outra explanação naturalista do julgamento estético.

E assim também se dá com o julgamento moral. Pode ser que a faculdade do julgamento moral apresente uma satisfatória explicação evolutiva no tocante ao seu desenvolvimento, mas não nos dirá muito a respeito dos julgamentos morais que temos de fazer todos os dias. Se a biologia explicasse a moral, duas pessoas na mesma situação não poderiam chegar a outra coisa que não às mesmas conclusões morais (e mesmo que chegassem, a objeção de Hume ainda se aplicaria). Na verdade, a prosa de Dawkins está frequentemente carregada de indignação moral; ele brame como um profeta do Antigo Testamento, embora rejeite o modelo de Deus dessa parte da Bíblia, não apenas nos termos de que não acredita na existência de Deus, mas pela mesma razão que John Stuart Mill, em sua Autobiografia, o rejeitava. Ambos retratam esse Deus como "suficientemente odioso", isto é, cruel e caprichoso, arbitrário e injusto, irascível e insensato.

O Antigo Testamento está repleto das histórias menos edificantes que se pode imaginar: massacres impiedosos e genocídios numa aparente luta - uma luta darwinista, alguém poderia dizer - por recursos. O Novo Testamento representa um avanço, na visão de Dawkins; mas está, não obstante, equivocado porque sugere que a danação eterna, em condições muito piores do que as dos campos de concentração nazistas, virá sobre aqueles que simplesmente fracassarem em acreditar corretamente, uma punição grosseiramente desproporcional ao crime, e sobre a qual nenhuma outra justificativa é fornecida.

Infelizmente, nenhum sistema de proposições éticas, ou mesmo nenhum outro

sistema de proposições, pode existir sem pressuposições, isto é, sem preconceitos. Existe um ponto para além do qual a racionalidade, ou o naturalismo, não pode ir, mesmo entre criaturas, tais como os meus leitores, que foram dotadas de razão pela natureza.

29. Sem Preconceito Não Há Virtude

A tentativa de fingir outra coisa, todavia, deforma o caráter humano. Burke disse, de forma célebre, que para que o mal triunfasse seria necessário apenas que os homens bons se omitissem. (Notem que ele não disse que todos os homens se tornariam malignos, apenas que os malignos se tornariam decisivamente poderosos.) Ele poderia ter acrescentado que o mal triunfaria caso os homens deixassem de acreditar na distinção entre o bem e o mal, mesmo se a maior parte deles continuasse, na prática, a viver no bem em linhas gerais.

Por que deveria ser dessa forma? Vamos considerar um silogismo:

Todo preconceito é ruim.

A distinção entre o bem e o mal só pode se basear em preconceito.

Portanto, a distinção entre o bem e o mal é um equívoco.

Vamos, no entanto, a outro silogismo:

> A distinção entre o bem e o mal é, ao mesmo tempo, inevitável e necessária para o exercício da virtude.

A distinção entre o bem e o mal se baseia em preconceito.

Portanto, o preconceito é necessário para o exercício da virtude.

Qual dos dois silogismos captura melhor a real situação humana? Um esforço para se fazer o impossível — extirpar nossas mentes de todo e qualquer preconceito - não está apenas condenado ao fracasso, mas também afeta os nossos julgamentos de forma funesta. A fim de provar a nós mesmos que não somos preconceituosos, mas que pensamos a respeito de tudo por nós mesmos, como seria de se esperar de seres humanos completamente autônomos (ou mesmo responsáveis), temos que rejeitar as máximas comuns da vida, máximas que em muitos casos, embora não em todos, preservam as relações civilizadas. O ingresso no iluminismo ou melhor, o que é visto como muito mais importante para a maior parte das pessoas, uma reputação de ser alguém esclarecido, consiste em se comportar de forma contrária a essas máximas. E uma vez que uma máxima comum da vida seja descartada, ela será substituída por outra - frequentemente, embora não sempre, por uma pior.

Por exemplo, recordo-me da ocasião em que certa palavra com quatro letras foi usada pela primeira vez no canal de televisão da BBC (A palavra em questão

é o termo “fuck”). Contrário ao que se poderia supor, não houve qualquer clamor público por parte de proletários raivosos para que esse ornamento retórico fosse empregado no ar em nome de uma genuína autenticidade do linguajar dos mais pobres. De fato, ele foi proferido por um crítico de teatro, o qual fora educado em Oxford, Kenneth Tynan, em razão do exato propósito de criticar o que ele considerava os muros aprisionadores da propriedade verbal, como se a língua inglesa, caso se visse privada dessa palavra, se tornasse insuficiente para expressar os mais profundos pensamentos e emoções da humanidade. Quarenta anos mais tarde, podemos ver - ou ouvir - o resultado. Meu vizinho de porta na França, o qual não fala quase uma palavra de inglês, observou que ficava surpreso de ouvir essa palavra - uma das únicas que sabia de um idioma que se gaba de ter o maior vocabulário entre todas as línguas - o tempo todo nos lábios dos britânicos que passavam por aquela parte da França. E essas pessoas, deve ser notado, não compreendiam os membros da classe baixa (O termo usado pelo autor é “underclass”. Tratam-se dos setores mais pobres e menos educados da sociedade britânica, a atual “lower class” dominada pela simbologia do submundo), para os quais onze anos de frequência escolar obrigatória nada fazem a não ser inculcar um ódio por tudo que não seja a realização de seus próprios desejos imediatos; essas eram pessoas de classe média com bons empregos e uma boa renda. No todo, não se pode dizer que os poderes de expressão pessoal, no sentido de uma habilidade de comunicar pensamentos sutis e alterações emocionais, tenham aumentado em razão do frequente recurso a esse termo, contra o qual havia, tempos atrás, um tabu; em vez disso, o oposto parece acontecer. Tampouco alguém esperaria que tais poderes de expressão fossem proporcionais à frequência de seu emprego.

Portanto, o propósito de se quebrar o tabu não foi empreendido para que se atingisse qualquer objetivo válido, tal como a libertação de parte da humanidade de uma óbvia opressão, mas o objetivo era receber uma reputação de ousadia moral e intelectual, por meio de um triunfo contra o preconceito e as preconcepções. Somente aqueles com um preconceito contra o preconceito poderiam supor que isso representava em si alguma forma de avanço real.

Mas não é verdade que muitos preconceitos são de fato danosos, cruéis, estúpidos e malignos? Certamente que sim. Mas, reitero, não é porque alguns preconceitos sejam danosos que podemos viver sem quaisquer preconceitos. Todas as virtudes levadas ao excesso se tornam vícios, e se tornam manifestações de orgulho espiritual; o mesmo vale para os preconceitos, inclusive os melhores, e o mesmo valerá para a tolerância. Eu não me dedico a examinar os nossos preconceitos; isso seria ridículo. Temos que ter, ao mesmo tempo, confiança e discernimento para pensarmos logicamente a respeito de nossas crenças herdadas, e a humildade para reconhecermos que o mundo não começou conosco, e tampouco terminará conosco, e que a sabedoria acumulada da humanidade é muito maior do que qualquer coisa que podemos alcançar de forma independente. A expectativa, o desejo e a pretensão de que podemos sair nus no mundo, libertos de todos os preconceitos e preconcepções, de modo que toda situação se apresente como algo completamente novo para nós, são em

igual medida atitudes tolas, perigosas e nefastas.

Essa pretensão é nociva porque não estaremos apenas enganando os outros, mas a nós mesmos, e desconsideraremos aquela pequena e constante voz dentro de nós. Debates estridentes e agressões virão. O quanto mais insistirmos em público a respeito de coisas que sabemos, ou mesmo suspeitamos, que não são verdadeiras, mais veementes e intransigentes nos tornaremos. O quanto mais rejeitarmos o preconceito *qua* preconceito, mais difícil será para nós recuarmos das posições que tomamos, e recrudesceremos a fim de provar que estamos livres de preconceitos. Um dogmatismo ideológico será o resultado, e todos sabemos a devastação que um dogmatismo como esse pode provocar.

É preciso ter capacidade de discernimento para saber quando um preconceito deve ser mantido e quando deve ser abandonado. Os preconceitos são como as amizades: devem ser mantidos em bom estado. Por vezes os amigos se distanciam, e por vezes o mesmo deve acontecer aos homens diante de certos preconceitos; mas a amizade frequentemente se aprofunda com a idade e a experiência, e o mesmo deve acontecer com alguns preconceitos. Eles são aquilo que dão caráter às pessoas, mantendo-as juntas. Não podemos viver sem eles.

Table of Contents